



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2015

**Margarete Filipa Barros
Sousa Ribeiro Reis**

**POR UM BAIRRO MAIS AMIGO DAS CRIANÇAS:
NOVOS PROTAGONISTAS**



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2015

Margarete Filipa Barros Sousa Ribeiro Reis **POR UM BAIRRO MAIS AMIGO DAS CRIANÇAS:
NOVOS PROTAGONISTAS**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Educação Social e Intervenção Comunitária, realizada sob a orientação científica da Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho a Albertina de Barros e Sousa (1932-2007), uma grande mulher, minha avó a quem eu chamava de “mãezinha”. Esta mulher que Deus colocou no meu caminho foi uma grande batalhadora que sempre lutou por causas sociais e que para além de me criar, impulsionou dentro de mim a vontade e o desejo de querer lutar pelo bem-estar dos outros. Mulher que com grande desgosto foi privada de estudar além da escola primária estaria hoje muito orgulhosa pela conclusão dos estudos universitários da neta.

o júri

presidente

Prof. Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves

Professora Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Inês Maria Henriques Guedes de Oliveira

Professora Auxiliar do Departamento de Comunicação e arte da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Rosa Lúcia de Almeida Leite Castro Madeira

Professora auxiliar do Departamento da Educação da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço a Deus por todas as pessoas que me fizeram chegar ao final desta etapa da minha vida. Tenho a agradecer à minha Mãe por ser incansável em todos os momentos e ao meu Pai por me possibilitar a realização deste curso.

Agradeço aos familiares e amigos, aos professores e colegas, por contribuírem para eu ser a pessoa que sou. Obrigada a Cristiana e ao Eimard o alívio do esforço com as deslocações até Aveiro. Obrigada ao André que me convenceu a inscrever-me no mestrado.

Agradeço às professoras da Escola de Santiago e à D. Teresa do Polo de Leitura bem como às pessoas que abriram portas da Junta de freguesia da Glória, Biblioteca Municipal, Florinhas do Vouga e Associação Mon-a-mon que facilitaram informações indispensáveis à realização deste trabalho. Agradeço à Madalena e aos outros moradores pela simpatia com que me receberam no seu Bairro.

Tenho muito a agradecer à minha orientadora “professora Rosinha” por ser educadora e amiga impecável para comigo e para connosco, seus alunos.

Um muito obrigado às crianças da escola de Santiago e sobretudo à Jéssica, Clara, Mónica, Joana, Isménio, Nuno e André, cuja alegria, motivação, entusiasmo e vontade de participar foram o principal contributo a este projeto.

Um bem-haja a todos!

palavras-chave

Crianças; Participação; Cidadania; Espaço público; Urbanização; Cidades; Direitos; Exclusão social.

resumo

Ouvir a voz das crianças e valorizar o seu papel no entendimento da vida das suas comunidades foi o ponto essencial nesta investigação. Procuramos partir das suas perceções sobre a realidade do Bairro e do Parque que ocupa parte do seu território, para um diálogo centrado na procura e discussão de soluções para problemas por elas identificados em iniciativas anteriores. Partindo da ideia de Tonucci, partilhada por muitos outros autores, de que o que é bom para a qualidade de vida e autonomia das crianças na Cidade é bom para todos os grupos sociais que a (co)habitam, convidamos as crianças a observar e a reimaginar o Parque como espaço público e como lugar de convivência entre pessoas de todas as idades.

O objetivo deste trabalho foi analisar as condições locais com que se tem procurado que os interesses e as opiniões crianças sejam tidas em conta nas decisões que visem a melhoria do Parque de Santiago, de forma a que o Bairro deixe de ser considerado, como um território de exclusão. Pretendemos também que a participação das crianças possa ser reconhecida, neste processo, como um parâmetro da qualidade da vida urbana. Tendo como referência a metodologia de investigação-ação participativa, partiu-se da escuta e debate de opiniões já expressas, para a organização das crianças como um sujeito coletivo capaz de reclamar o direito de todas as crianças ao Parque de Santiago, como espaço de lazer e tempos livres e espaço público relevante para a vida do bairro, da comunidade e para a Cidade de que é parte.

keywords

Children; Participation; Citizenship; Public place; Urbanization; Cities; Rights.

abstract

Listening to the voice of children and enhance their role in understanding the life of their communities was the key point of this investigation. We seek from their perceptions about the reality of the neighbourhood and the park that occupies part of its territory for a focused dialogue and discussion in finding solutions to problems they identified in previous initiatives. Starting from Tonucci's point of view, shared by many other authors, that what is good for the quality of life and autonomy of children in the city is good for all social groups that there (co) inhabit, we invite children to observe and reimagine the park as a public space and as a place of coexistence among people of all ages.

The purpose of this study was to analyze local conditions with which it has sought that the interests and children's opinions are taken into account in decisions aimed at improving the Santiago park, so that the district is no longer considered as a territory deletion. We also want the participation of children to be recognized in this process, as a parameter of the quality of urban life. Referring to participatory action research methodology, it started with listening and debate of opinions already expressed for the organization of children as a collective subject able to claim the right of all children to Parque Santiago, as recreational space and leisure and relevant public space for the life of the neighborhood, the community and the city that is part.

Índice

Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico	7
Capítulo 1. A Cidade como habitat	7
1.1. A Cidade como espaço e tempo de (des) encontro	7
1.2. A Cidade como lugar de autonomia... também das crianças.....	8
Capítulo 2. A conquista dos direitos das crianças	13
2.1. A ausência das Crianças enquanto sujeitos titulares de direitos humanos	13
2.2. A Convenção dos Direitos da Criança como lenta conquista histórica	15
Capítulo 3. A Participação Infantil na agenda das Cidades.....	17
3.1. A implicação das Crianças para além dos contextos de vida quotidiana	17
3.2. O reconhecimento das Crianças como atores políticos e sociais na	
Cidade.....	19
Parte II – Enquadramento Metodológico	25
Capítulo 4. Decisões e orientação metodológica.....	25
4.1. Das razões ao desenho do percurso de (re)conhecimento	25
4.1.1. O Problema.....	26
4.1.2. Metas e objetivos:	27
4.2. Justificação da Metodologia	28
4.2.1. Referentes metodológicas	29
4.2.2. Considerações sobre a ética e técnicas	32
Parte III: O projeto	37
Capítulo 5. Aveiro Cidade Amiga das Crianças?.....	37
5.1. O Município de Aveiro revisitado à luz dos Direitos da Criança	37
5.1.1. Do Município à Cidade de Aveiro.....	38
5.1.2. As Crianças e Jovens enquanto parte da população	39
5.1.3. A Provisão de serviços de bem-estar social e Educação.....	41
5.1.4. A provisão de apoios diferenciados a Crianças em circunstâncias	
“especiais”	47
Capítulo 6. Aveiro: Cidade ou Cidades?.....	49
6.1. A invisibilidade do Bairro de Santiago e dos seus espaços públicos	49

6.2. O Bairro de Santiago a história narrada aos mais novos	52
6.3. Os equipamentos Culturais locais: a Escola e o Polo de Leitura de Santiago	54
Capítulo 7. O processo de Investigação	57
7.1. Um Ponto (prévio) de partida	57
7.2. A entrada no terreno.....	59
7.3. A constituição do grupo de investigadores	60
Capítulo 8. Do Bairro falado à escuta das vozes que dele falam.....	67
8.1. A Escola a caminho do Município.....	67
8.1.1. As Crianças da Escola e o acesso ao direito de Brincar	69
8.2. A formação de um Grupo que “fala e diz”	71
8.2.1. O Parque como espaço de vida e Memória	72
8.3. Do (des) conhecimento dos direitos de participação ao conhecimento dos mesmos na sua aplicação na prática	78
8.4. Crianças como participantes na avaliação do processo de investigação	80
Conclusões	83
Referências Bibliográficas	87

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Modelos de Investigação na Infância	32
Tabela 2 - Reorganização das Freguesias do Concelhos de Aveiro	38
Tabela 3 - Estrutura etária da população residente 2011	40
Tabela 4 - População residente em Aveiro segundo os Censos por grupo etário.....	40
Tabela 5 - População residente nas freguesias de Glória e Vera Cruz por grupo etário ..	41
Tabela 6 - Creches no concelho de Aveiro.....	41
Tabela 7 - Centros de ocupação dos tempos livres no concelho de Aveiro.....	43
Tabela 8 - Estabelecimentos de ensino do pré-escolar no concelho de Aveiro	44
Tabela 9 - Estabelecimentos Públicos de Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico	45
Tabela 10 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB – rede pública	46
Tabela 11 - Estabelecimentos e alunos do ensino secundário público	46
Tabela 12 - Estabelecimentos e alunos no 2.º e 3.º CEB – rede privada	47
Tabela 13 - Tipo de dificuldade segundo o escalão etário.....	47
Tabela 14 - Crianças inquiridas por ano letivo	68
Tabela 15 - Crianças inquiridas por sexo	69
Tabela 16 - Crianças de Santiago depois das aulas	69
Tabela 17 - Locais de brincadeira das crianças de Santiago.....	69
Tabela 18 - Tempo disponível para brincar	70
Tabela 19 - Caracterização do Grupo participante do projeto – Participantes Regulares.	71
Tabela 20 - Caracterização do Grupo participante do projeto – Convidados	71
Tabela 21 - Entrevistas aos Moradores de Santiago.....	73

Índice de Figuras

Figura 1 - Representação do Bairro de Santiago	50
Figura 2 - Representação do Parque de Santiago	51
Figura 3 - Representação da Rua de Espinho	51
Figura 4 - Maquete do Polo de Leitura de Santiago	55
Figura 5 - Parque das crianças no Jardim de Santiago.....	78

Índice de Desenhos

Desenho 1 - Memória de um Parque para Crianças que outrora existiu no Bairro	76
Desenho 2 - Espaço Vazio onde estava o parque para as crianças.....	76

Abreviaturas

BDS – Bairro de Santiago

CATL – Centro de Atividades e Tempos Livres

CEB – Ciclo Ensino Básico

CEF – Cursos de Educação e Formação

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

FORA – Falta de Ordem nas Ruas de Aveiro

IA – Investigação-ação

IAP – Investigação-ação participativa

IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE – Instituto Nacional de Estatística

INH – Instituto Nacional da Habitação

IPJ – Instituto Português da Juventude

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

NEE – Necessidades Educativas Especiais

ONU – Organização das Nações Unidas

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo

SIM-PD - Serviço de Informação e Mediação com Pessoas com deficiência

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

UNICEF – United Nations Children´s Fund

Introdução

A primeira década do século XXI ficou assinalada por uma importante transição social. Estima-se que, a cada dia, 250.000 pessoas deixem definitivamente o espaço rural para residir em qualquer cidade do mundo. Em 2007, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a população rural. Em 2014 cerca de 54% da população mundial já residia em áreas urbanas, estimando-se que em 2050, esta percentagem aumente para 66%, o que corresponde a 9 bilhões de habitantes a residir em médias e grandes cidades, das quais 2,7 bilhões serão crianças com menos de 18 anos. A vivência da infância torna-se assim cada vez mais urbana. Em 2012, esta era já a realidade de um bilhão de crianças. (cf. Relatório das Nações Unidas *World Urbanization Prospects: the 2014 revision* e Relatório da Situação Mundial da Infância de 2012).

Esta tendência de concentração das populações na Cidade precisa ser analisada do ponto de vista das crianças na medida em que, tal como refere a UNICEF, embora muitas crianças usufruam das vantagens da vida urbana, ou seja, tenham acesso a serviços educacionais, médicos e de recreação, um grande número delas são privadas de direitos e recursos essenciais, entre os quais se incluem o acesso a água limpa, eletricidade e cuidados de saúde; por outro lado, muitas são coagidas a realizar trabalhos de risco e são sujeitas a exploração, muitas vivem em ameaça constante de expulsão, por viverem em habitações de risco e muitas outras estão expostas a doenças e catástrofes.

É neste contexto que a cidade, a urbanização e os seus efeitos requer ser também problematizada no âmbito da agenda da promoção dos direitos da Criança, onde o desenvolvimento de infra estruturas e serviços que possam atenuar a pobreza infantil, a atenção às prioridades específicas das crianças e a promoção de parcerias entre todos os níveis de governo e a população urbana, são assumidas como forma de garantir que as crianças mais desfavorecidas e empobrecidas possam desfrutar plenamente dos seus direitos em “*Cidades e sociedades mais justas e mais favoráveis ao desenvolvimento de todas as*

peçoas – a começar pelas crianças” (cf. Relatório sobre a situação Mundial da Infância 2012).

Neste trabalho pretendemos mobilizar contributos teóricos e debates atuais sobre as mudanças do espaço urbano, sobre a promoção dos direitos da crianças e sobre as condições de participação infantil, que nos permitam analisar e discutir as condições de participação das crianças residentes em territórios urbanos marcados pela pobreza, tendo em vista a sua inclusão no processo de construção de bairros mais amigos das crianças.

Partilhando o pressuposto defendido por Aranda de que *“lo que es bueno para la infancia, es bueno para toda la población”* (Aranda, et al. 2010, p.10) quisemos escutar e fazer ouvir o ponto de vista das crianças sobre os diversos espaços que fazem parte do seu dia-a-dia, no processo de desenvolvimento de um projeto que pudesse ter impacto e gerar mudanças no espaço urbano, enquanto lugar privilegiado de interações sociais; processo em que procuramos empoderar as crianças de um território considerado excluído e marcado pelo desinvestimento público, pudessem ser escutadas nos espaços onde ocorrem as interações intra e intergeracionais.

A apresentação deste trabalho será organizada em três partes constituídas por oito capítulos.

A primeira parte da dissertação apresenta-se com os contributos teóricos que fundamentam o trabalho apresentado. Dividida por dois capítulos onde o primeiro apresenta os pontos *a cidade como espaço e tempo de (des)encontro* e o ponto *a cidade como espaço de mobilidade e autonomia também das crianças*. O segundo capítulo é constituído pelos pontos *a ausência das crianças enquanto sujeitos titulares de direitos humanos, a Convenção dos Direitos da Criança como lenta conquista histórica*, a implicação das crianças para além dos contextos da vida quotidiana e o ponto *o reconhecimento das crianças como atores políticos e sociais na cidade*. Esta parte da dissertação caracteriza o lugar das pessoas e sobretudo das crianças na cidade e o seu posicionamento social na implantação dos seus direitos de participação, direitos estes muitas vezes ignorados pelos

adultos. Queremos ainda ressaltar a importância do cumprimento dos direitos de participação das crianças uma vez que estas possuem ideias mais criativas e inovadoras para melhorar os espaços urbanos onde habitam. Nesta primeira parte a cidade é vista como um espaço de interação social em transformação. Quisemos revisitar a discussão científica sobre o modo como as concepções de infância e criança foram influenciadas pelo movimento de defesa e conquista dos direitos da criança e a consequente alteração do seu lugar enquanto sujeitos de direito, numa sociedade regida pelo mundo dos adultos. Abordaremos também a participação das crianças, como um desafio a enfrentar em comunidades desfavorecidas, nas quais apesar de existirem espaços e serviços para a infância, não estão acessíveis as famílias que não usufruem condições mínimas de bem-estar e de inserção social.

O capítulo três que incorpora a segunda parte deste trabalho apresenta-se como um enquadramento metodológico subdividido entre das razões que levaram ao desenho do percurso do (reconhecimento) ao problema em estudo e às considerações metodológicas que foram levadas em consideração. Nas razões que levaram a cabo o reconhecimento da pertinência deste trabalho destacamos a legitimidade das crianças em usufruírem dos seus direitos de participação numa cidade reconhecida como Cidade Amiga das Crianças, a existência de um Bairro que desde a sua origem foi categorizado como um território de exclusão e o estabelecimento de contactos informais com as crianças efetuados pelos alunos do primeiro e do segundo ciclo de estudos em parceria com a universidade e a escola que se situa no bairro. Estas razões levaram-nos à seguinte questão: como ocupar e fazer reconhecer o espaço do Jardim como lugar “potencialmente amigo das crianças”? Em relação ao problema em estudo partimos de cinco perguntas para tentarmos atingir a meta a longo prazo de revitalizar o Jardim de Santiago. No que diz respeito à metodologia utilizamos os procedimentos inerentes à investigação-ação participativa na especificidade de investigação com crianças onde centramos este trabalho em dois momentos distintos com as crianças, na aplicação de inquéritos por questionário aos meninos e meninas que frequentavam a escola do Bairro e no grupo de discussão e opinião constituído por crianças residentes no Bairro. No final deste capítulo são

apresentadas ainda algumas considerações sobre a ética na investigação com crianças. Este capítulo autoriza-nos a considerar a opinião das crianças como um contributo válido e significativo para a construção do conhecimento sobre a experiência da infância no Bairro.

A terceira parte deste trabalho refere-se ao enquadramento social deste projeto e está subdividida pelos capítulos quatro, cinco, seis, sete e oito. O capítulo quatro apresenta-se com o Município de Aveiro à luz dos direitos das crianças, este município assinou o protocolo de Cidade Amiga das Crianças em 2007 e deste então assumiu o compromisso de considerar as crianças como sujeitos de direitos de participação na sua comunidade. Neste capítulo mostramos ainda alguns dados relativos ao território, à localização do Município, o enquadramento do Bairro no mesmo, assim como também dados sobre a população e a sua caracterização por faixa etária e por freguesia. Seguidamente enquadrámos dados relativos aos serviços disponíveis para a infância em Aveiro (que asseguram o cumprimento de alguns direitos das crianças, como o direito à educação) e o número de crianças que usufruem desses serviços. Centramos este capítulo na União de Freguesias de Glória e Vera Cruz onde se situa o Bairro. No capítulo cinco questionamos a invisibilidade do Bairro de Santiago ao notarmos a inexistência do Jardim de Santiago no mapa pedonal da cidade tornando assim o Bairro vulnerável à estigmatização e ao preconceito. Em seguida damos destaque ao Bairro e aprofundamos o seu território, os seus espaços verdes, equipamentos, espaços comerciais e serviços disponíveis, notamos que embora alguns espaços estejam encerrados, outros continuam em funcionamento dando assim vida ao Bairro sobretudo na Rua de Espinho. Para além da atualidade do Bairro, neste capítulo lembramos também as memórias históricas do mesmo. O sexto capítulo apresenta-nos um estudo realizado com as crianças que frequentavam a escola primária de Santiago no ano letivo (2014-2015). Neste estudo questionamos as crianças acerca dos seus conhecimentos sobre o Bairro, a sua ocupação dos tempos livres e a sua autonomia para a escola. Quisemos destacar as crianças desta escola uma vez que a escola já participou em alguns projetos de cooperação e revitalização do Bairro. O capítulo sete é aquele em que delineamos o percurso de investigação percorrido com as

crianças que residiam em Santiago. No capítulo oito temos a visão, a voz e as perspetivas de um grupo de crianças do Bairro que se reuniram regularmente com a investigadora para debaterem temas pertinentes sobre o seu Bairro dando assim oportunidade às crianças de usufruírem dos seus direitos de participação. Apresentamos neste capítulo os participantes regulares deste grupo e aqueles que foram convidados a participar pontualmente, posteriormente ressaltamos as memórias de um Jardim de Santiago com vida e uma comparação com a atualidade, no final deste capítulo questionamos as crianças acerca dos seus conhecimentos sobre os direitos e damos-lhes a oportunidade de manifestarem as suas propostas e opiniões em relação ao Bairro.

POR UM BAIRRO MAIS AMIGO DAS CRIANÇAS: NOVOS PROTAGONISTAS
Margarete Filipa Reis | Universidade de Aveiro

Parte I - Enquadramento Teórico

Capítulo 1. A Cidade como habitat

1.1. A Cidade como espaço e tempo de (des) encontro

A cidade é “uma heterogeneidade de formas, subordinada a um movimento global” (Santos, 1991 cit. por Cassab, 2001).

As paisagens das cidades estão relacionadas com os modos pelos quais se organizam a produção, o consumo e a circulação dos sujeitos pelo espaço. Como refere Cassab, (2001).

“As dinâmicas produzidas pelo urbano na reprodução das mercadorias estão na vida dos indivíduos. Isto é, as exigências materiais de produção e circulação das mercadorias configuram uma organização ao cotidiano dos sujeitos a partir das suas formas de inserção como produtores e consumidores” (idem, 2001, p. 210)

Nos espaços urbanos, as ofertas de consumo e de lazer que fazem parte da vida dos sujeitos, mas estão bem delimitadas no espaço, pelo que os deslocamentos das pessoas está condicionado. Como refere o mesmo autor (2001, p.210):

(o)“Quotidiano está circunscrito em torno de alguns elementos, dos quais são destacados dois: as rotas na cidade, ou seja a circulação e visibilidade dos sujeitos no espaço urbano e as suas atividades rotineiras incluindo o uso do seu tempo livre”

As atividades dos sujeitos possuem visibilidades diferentes conforme o espaço em que se encontram, sendo os espaços que configuram “o que fazer” em cada lugar, ou seja, como se comportar, como observar, que postura corporal adquirir, que atividades realizar. O espaço empregue no cotidiano dos sujeitos sociais delimita os horizontes, e circunscreve as suas relações dos indivíduos nos diversos locais de identificação e os seus circuitos de inclusão e exclusão.

Na Cidade os sujeitos estabelecem relações objetivas e subjetivas e embora o urbanismo esteja associado à territorialidade geográfica, o tempo das vivências quotidianas pode levar a que as cidades deixem de ser um lugar de encontro e intercambio para se converterem em lugar de separação.

O espaço urbano é potencializador do anonimato e um espelho do sujeito na produção de si mesmo, por favorecer identificações que permitem ao sujeito reconhecer-se.

Os sujeitos tornam-se muitas vezes invisíveis nos próprios espaços porque são identificados por outros sujeitos que o partilham, como sujeitos passíveis de pertencerem aquele espaço; neste caso, os sujeitos não causam estranheza nem são objeto de vigilância; podem transitar livremente nas ruas sem suspeição. Ao contrário, muitos sujeitos são identificados como não-cidadãos quando estão fora dos seus espaços. Neste sentido, a cidade pode ser uma ameaça às populações excluídas, para aqueles que trazem no seu corpo os signos visíveis da desvantagem de inserção social, mas ao contrário, pode ser também um espaço de proteção para essas pessoas, devido à multiplicidade de espaços possibilitadores de encontros e solidariedade (cf. Cassab, 2001).

1.2. A Cidade como lugar de autonomia... também das crianças

“Passadeiras, semáforos e sinais rodoviários provam que as cidades são território de circulação rodoviária” (Pais, 2009, p.30).

As cidades tendem a estar divididas em espaços diferenciados; espaços de residência, de produção, de consumo e de serviços, o que obriga a que haja um grande número de deslocações. Esta tendência faz com que a cidade, imaginada como lugar de convivência, de intercâmbio e de socialização se tenha convertido num lugar inóspito, nas últimas décadas. Os passeios destinados à circulação pedonal são ocupados por automóveis privados e os transportes públicos tornaram-se lugares onde “há distância e indiferença” (Pais; 2009, p.30). As cidades arriscam-se assim a tornarem-se lugares perigosos, cada vez mais adaptadas às exigências dos carros do que das pessoas (cf. Tonucci, 2009).

Recuando apenas algumas décadas atrás, os espaços públicos das cidades eram lugares de brincadeira onde as crianças cresciam com mais autonomia e liberdade. Revilla (2004) atribui a perda destes espaços de encontro intra e intergeracional ao facto de, durante muitos anos, as cidades terem sido organizadas em função dos automóveis e as decisões urbanísticas sobre mobilidade terem sido aprovadas em função da circulação dos mesmos, fazendo desaparecer ou transformando muitos dos espaços destinados às brincadeiras e à exploração, em parques de estacionamento. Numa Cidade assim as pessoas têm dificuldades de se deslocarem a pé ou de bicicleta e usufruírem da cidade em condições de segurança e liberdade.

Segundo Blass (2008) são cinco os ambientes públicos frequentados pelas crianças: a cidade, o bairro, as ruas e praças, os lugares de ócio, e os espaços com equipamentos; em todos existe uma série de atividades marcadas pelo tempo, que nos dão conta do grau de adequação deste ambiente à distribuição temporal das crianças no espaço público.

Estas mudanças no espaço urbano têm, para o autor, efeitos importantes na vida e autonomia das crianças. Os únicos espaços onde estas podem brincar fora da escola, são os parques infantis. As idas para a escola foram transformadas em itinerários que são feitos em viaturas privadas ou em transportes coletivos das instituições. As crianças passaram a estar constantemente a ser vigiadas pelos adultos.

Sair de casa sozinho, encontrar amigos e um local adequado para as brincadeiras tornou-se raro para as crianças. Se até um passado ainda recente o que tinha mais interesse para as crianças estava no exterior da casa - os amigos, o cinema, a biblioteca, os espaços de diversão – assiste-se a uma mudança que retira as crianças do espaço público comum a outras crianças e a adultos das diversas idades. A casa tem vindo a ser transformada num lugar que não atende só as necessidades básicas, mas também um espaço de fruição da cultura e de comunicação: um lugar onde os livros passaram a constituir uma biblioteca privada, de onde também fazem parte a coleção de CDs e os filmes preferidos, sendo também um lugar onde os amigos podem estar presentes através da comunicação por telemóvel ou internet.

Tonucci (2009) considera no entanto, que esta ocupação dos tempos livres das crianças com diferentes atividades dentro e fora de casa, limitou a sua autonomia, uma vez que quando elas querem brincar, estão sempre acompanhadas pelos pais que as vigiam e as esperam. Como adverte o autor “*no se puede acompañar a los niños para que jueguen! Es necesario dejarlos!*” (Tonucci, 2009, p. 151).

É importante compreender que os processos de segregação por idades que fazem com que os espaços urbanos sejam adequados às diferentes faixas etárias. Uma das consequências da escolha do lugar de residência, pelas famílias, tende a ir ao encontro das necessidades e desejos das crianças faz com que o território urbano se torne desigual; ao localizar a população mais jovem e os mais velhos no centro, e os adultos e as crianças na periferia, as dificuldades em estabelecer laços de solidariedade entre as diferentes gerações é agravada (cf. Maldonado, 2008).

Este é um forte argumento para que as crianças sejam convidadas a participar no planeamento das cidades. Torna-se fundamental que as crianças participem nos projetos da sua cidade, embora se tenha que ter em consideração que a visão que têm da mesma, apesar de ser concreta é também incompleta, uma vez que os espaços que fazem parte da vida das crianças são muito limitados à sua zona residencial, escola e ao parque mais próximo, ou ao lugar de ócio habitual e espaço comercial frequentado pela sua família.

Nos espaços urbanos ou suburbanos considerados como críticos, tais como as zonas de concentração de grupos com baixos rendimentos que não tem acesso ao espaço público naquilo que parece oferecer a toda cidade, a participação das crianças surge como uma oportunidade de reconstrução da sua identidade social, baseada na afirmação da sua cidadania, ou seja, sentimento de pertença coletiva.

Para Tonucci (2008), “já não é suficiente dar às crianças serviços para a infância, devemos devolver-lhes as cidades” (Romano Prodi, 1997 cit. por Tonucci, 2008, p.154).

A cidadania implica para este autor, que as crianças sejam os autores da sua própria cidade e aí possam ser reconhecidas e reconhecerem-se como cidadãos, como sujeitos que poderão, no futuro, contar aos filhos como participaram no projeto da sua cidade (Tonucci, 2008).

Importa por isso refletir sobre a existência social das crianças como sujeitos que são titulares de direitos humanos plenos e indivisíveis; como pessoas individuais e como coletivo, cujos direitos civis, económicos, políticos e sociais, podem garantir condições de inclusão e de participação na vida pública das Cidades.

POR UM BAIRRO MAIS AMIGO DAS CRIANÇAS: NOVOS PROTAGONISTAS
Margarete Filipa Reis | Universidade de Aveiro

Capítulo 2. A conquista dos direitos das crianças

2.1. A ausência das Crianças enquanto sujeitos titulares de direitos humanos

“A relação entre adultos e crianças está transtornada à sua dependência material. Um mendigo, pelo menos, dispõe livremente das esmolas que recebe. Uma criança não tem nada que lhe pertença (...) está obrigada a receber o que lhe dão e a contentar-se com isso. Débil, pequena, pobre e dependente, falta muito para ser um cidadão verdadeiro. Tratamos as crianças com compaixão, rigidez e não as respeitamos” (Korczak, 1928 cit. por Gaitán e Liebel, 2011, p.23)

Muito conhecemos sobre os acordos internacionais que reclamam a proteção das crianças pelos estados e seus pais, mas pouco sabemos ainda sobre os movimentos de defesa dos direitos de autonomia e emancipação das crianças. Movimentos que emergiram no contexto de revoluções e reformas políticas atentas aos grupos sociais mais desfavorecidos, que assumiram a reivindicação do reconhecimento das crianças como cidadãs, com os mesmos direitos humanos que são reconhecidos aos adultos: direitos sociais, direitos económicos e a uma maior participação política.

A associação “Educação livre para as crianças” foi um dos primeiros movimentos emancipatórios das crianças que assumiu a criação de condições de igualdade de direitos, independentemente da idade, na primeira Conferência Nacional das Organizações pela Educação que teve lugar em Moscovo, realizada em 1917-1918. Defendia que o mais importante seria fortalecer a posição das crianças na sociedade face aos perigos da vida urbana e do trabalho industrial.

As obrigações dos pais, da sociedade e do Estado em relação à infância estendiam-se à criação de condições de vida que permitissem às crianças serem reconhecidas como pessoas de direito desde a infância, não tendo que esperar atingir a idade adulta para os exercer. Como refere Gaitán e Liebel (2011), tanto para a época como para os dias de hoje esta ideia foi realmente revolucionária. Os princípios desta declaração sobre os direitos das crianças foram recuperados mais tarde na crítica ao sistema escolar, considerado autoritário, repressivo e

excludente; críticas vieram dos próprios alunos e levaram a criação de escolas alternativas. O livro “o século das crianças” e a pedagogia de Ellen Key (1900) constituíram as primeiras manifestações deste novo pensamento da pedagogia a partir da criança, cujo foco era modificar a conduta dos educadores e as instituições em favor das necessidades da infância; Janusz Korczack (1901), um pediatra e pedagogo polaco, foi notado pela sua luta pelos direitos de igualdade na vida social das crianças, por ele consideradas como pessoas completas com direito a terem uma vida própria.

Nos anos 70, época em que as minorias reclamaram a igualdade de direitos e também as mulheres exigiram a igualdade de direitos, Alexander Neil (1970), retoma este ideário, nos Estados Unidos, no que foi designado *Children’s Liberation Movement*. As crianças mantiveram-se no entanto, como uma última minoria com uma emancipação pendente ou seja como grupo não reconhecido como parte e integrada numa sociedade considerada democrática

“Não há em nenhuma sociedade livre e democrática nenhum argumento fundamentado para que as crianças não seja permitido participar em decisões importantes” (Farson, 1974, p.178 cit. por Gaitán e Liebel, 2011, p. 23-24).

Estes autores consideram que numa sociedade em que os adultos mandam nas crianças, não se pode esperar que os primeiros tenham especial interesse na realização dos direitos dos segundos sendo necessário questionar os desequilíbrios de poder e os privilégios dos adultos, mesmo com todas as diferenças entre as crianças e os adultos, devendo haver equidade e igualdade de direitos entre eles (cf. Gaitán & Liebel, 2011). Atualmente persiste ainda a necessidade de se refletir sobre as reais condições de exercício de direitos humanos próprios pelas Crianças pois

“Considerar as crianças e os adolescentes como titulares ativos dos seus direitos é um tema que merece uma reflexão profunda e radical que nos pode levar à necessidade de reformar instituições clássicas de ordem jurídica, e estabelecer novos enfoques nos quais o pluralismo cultural se estenda ao reconhecimento do mundo das crianças como

um universo com características próprias, mundo onde encontraremos os elementos, as linguagens e os símbolos com os quais as crianças e os adolescentes expressam os seus direitos” Galvis Ortiz (2006, p. 12) cit. Gaitán e Liebel (2011, p.27)

Um dos obstáculos ao reconhecimento das crianças como sujeitos ativos de direitos está no facto dos discursos legais estarem numa linguagem que não tem em devida consideração as formas próprias de expressão das crianças, não podendo assim ter um papel central na geração, formulação e implementação dos direitos que lhes são outorgados por lei.

2.2. A Convenção dos Direitos da Criança como lenta conquista histórica

Alston e Tobin (2005) identificam cinco diferentes etapas na evolução dos direitos das crianças no âmbito internacional desde o início do séc. XX.

A primeira etapa ocorreu entre 1901 a 1947, com a chamada de atenção para a exploração das crianças e a criação da Liga das Nações após a I Guerra Mundial de 1919, momento em que a criança deixou de ser “invisível” na agenda internacional. Em 1921, foi criado um Comité para discutir as questões relativas à proteção das crianças e da proibição do tráfico de crianças e de mulheres. Em 1924, a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, estabelece como direitos da criança o acesso (i) aos meios para seu desenvolvimento material, moral e espiritual (ii) à educação num ambiente que inspire um sentido de responsabilidade social (iii) à proteção contra a fome, doença, incapacitação, orfandade e exploração económica e (iv) prioridade no atendimento em situações difíceis.

A segunda etapa ocorreu entre 1948 a 1977. Surgiram os documentos normativos que instituem os direitos da criança. Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial é fundada a Organização das Nações Unidas, e em 1948, a Assembleia Geral da ONU adota a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que no artigo 25, refere-se à criança como “detentora do direito a cuidados e assistência especiais e salvaguarda que “todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma proteção social”. As trágicas consequências das duas Guerras,

vividas pelas crianças dá origem a criação de organizações não-governamentais, destacando-se a *Save the Children Internacional*.

Em 1959, vários países que fazem parte da ONU aprovaram a "Declaração Universal dos Direitos da Criança", um documento que embora não seja de cumprimento obrigatório, desencadeou eventos tais como a celebração do Ano Internacional da Criança e estabeleceu como princípios que deveriam merecer o compromisso dos Estados: (i) o direito à igualdade, (ii) dos direitos de proteção para o seu desenvolvimento e contra a exploração, (iii) direito a um nome e a uma nacionalidade, (iv) direito aos cuidados de saúde, (v) direito à educação, (vi) direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade, (vii) direito a “crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos”.

Na terceira fase, ocorrida entre 1978 a 1989, surgiu a Convenção sobre os Direitos da Criança, que foi ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990 (UNICEF, 1990). Para além de apresentar uma nova visão de infância, pela definição de que criança é *“todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”*, Este documento constituído por 54 artigos tem como princípios a não discriminação, o melhor interesse da criança, o direito à vida, à sobrevivência, ao desenvolvimento e à participação. Ao abrigo da Convenção, a infância passa então a ser reconhecida como um período distinto da vida adulta, que obriga os Estados não só a garantia de requisitos mínimos relativos à sobrevivência, desenvolvimento físico, mental e emocional das crianças, mas também à proteção das crianças contra todos os tipos de exploração, negligência, abuso ou maus-tratos e finalmente a garantias de condições de exercício do direito à participação.

A quarta etapa situa-se no período de 1989 e 2000, As questões relacionadas com a infância mantém-se como preocupação na agenda internacional, justificando a Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas de trabalho infantil, a Convenção de Otawa sobre a proibição da utilização, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoal e o interesse da Comissão de Direitos Humanos à infância. Quanto à quinta fase, teve para Alston

e Tobin (2005) com início em 2005, tem incidido na consolidação dos esforços anteriores e necessidade de mais respostas em relação aos direitos das crianças.

Para estes autores, uma das limitações deste documento é a predominância de uma imagem da criança como ser imaturo e necessitado de proteção

“... a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento” (Alston & Tobin, 2005, p.4).

Ao ser considerada como mentalmente imatura, “incapacitada física, mental ou socialmente”, a criança não vê o direito à participação contemplado (Alston & Tobin, 2005, p.4). Constata-se que enquanto os direitos de sobrevivência e a proteção que já constavam da Declaração de Genebra, em 1924 e os direitos de provisão são universalmente aceites, apesar de não estarem assegurados a uma parte significativa da população infantil; os direitos à participação são aqueles que tiveram menos progressos na construção das políticas e na organização e gestão de instituições para a infância, tal como referem Sarmiento e Pinto (2013), citando Jeffs (1995).

Capítulo 3. A Participação Infantil na agenda das Cidades

3.1. A implicação das Crianças para além dos contextos de vida quotidiana

“Los niños, al perder las ciudades, han perdido la posibilidad de vivir experiencias necesarias para ellos, para su correcto desarrollo, como el juego, la exploración, la aventura. Las ciudades, al perder a los niños, han perdido seguridad, solidaridad, control social. Los niños necesitan a la ciudad; la ciudad necesita a los niños” (Tonucci, 2009, p. 147).

Graças à ampla difusão da Convenção dos Direitos da Criança, quase nada se opõe à participação infantil. Não há organizações ou institutos que trabalhem com os Direitos da Criança que não ressaltem a sua importância. Mas raras são as vezes em que se analisa o alcance da participação infantil e as condições em que esta se concretiza.

Embora a tendência dominante seja pensar-se em projetos específicos em que a participação das crianças é uma forma de lhes dar visibilidade social como grupo geracional, a participação das crianças acontece regularmente no contexto da vida quotidiana, nas interações sociais mais comuns. As crianças são efetivamente parte da vida social, independentemente da sua idade.

O consenso aparente em torno do objetivo de promoção da participação formal das crianças em acontecimentos relevantes para a sociedade em que vivem, tem mobilizado ações e iniciativas de âmbito público e coletivo, relegando a participação individual para o âmbito privado. A participação pode e deve, no entanto, ser reconhecida nas múltiplas formas em que assumem significados diferentes, tanto para os indivíduos como para os diversos grupos geracionais, para as comunidades e sociedade em geral.

A participação a nível pessoal ou privado deve ser tida como fator interdependente da participação a nível público ou político. A participação individual nos processos de decisão sobre assuntos pessoais, tais como, por exemplo: a organização da própria vida ou a conduta de consumo em relação a determinados produtos influencia as condições de participação em decisões coletivas.

Outra forma de distinção a fazer na reflexão sobre as condições de participação diz respeito a participação exercida como um direito. Gaitán e Liebel (2001, p.115) “distinguem a participação *que serve sobretudo para cumprir com as exigências dadas e reproduzir o existente*”, da participação *cujo fim principal é a autorrealização*, daquela que *aponta para a transformação do contexto*.

No primeiro caso o que estaria em causa, no caso das crianças e jovens, seria o acesso que podem dispor ou não, a “*espaços sociais destinados ao debate de assuntos que normalmente são exclusivamente predestinados aos adultos*”. (Gaitán & Liebel, 2001, p.115). Referem os autores que *esta dimensão da participação não é necessariamente passiva e consiste no facto do sujeito ativo “entrar ao serviço de”, por exemplo, as pessoas contribuírem ativamente para a comercialização da sua força laboral*.

No segundo caso, a possibilidade da participação contribuir para a autorrealização das crianças e jovens se traduziria *“na criação de espaços próprios para a autogestão, como por exemplo centros juvenis, criando-se assim culturas infantis e juvenis autónomas”* (Gaitán & Liebel 2011, p.115), *orientadas para interesses próprios e procura de organizar a vida pessoal o mais agradável possível.*

Só no terceiro caso, o que está em causa é a possibilidade das crianças e jovens *influenciarem a política nas decisões coletivas sobre os assuntos públicos, num nível que envolve os indivíduos, as organizações, a comunidade e a sociedade no seu conjunto* (cf. Hart, J. 2007, cit. por Gaitán & Liebel 2011, p.115).

“¡Señor arquitecto: nosotros, en vez de rampas y calesitas, queremos arena, agua, plantas piedras !” (Tonucci, 2009, p.90)

3.2. O reconhecimento das Crianças como atores políticos e sociais na Cidade

“(...)la participaión infantil puede contribuir a aumentar el poder de influencia de las niñas y los niños en la sociedad y fortalecer su posición como grupo social” (Gaitán & Liebel, 2011, p.112).

Gaitan e Liebel (2011) chamam a nossa atenção para o fato das crianças e jovens serem parte integrante da sociedade, e de que as suas vidas desenrolam-se dentro da ordem sociopolítica, económica e cultural existente. Assim, e dado que *“a cidadania não é algo que se aprende na escola ou em outras instituições, mas sim algo que ocorre em qualquer situação”* (p.112), as crianças deveriam dispor de condições para desempenharem um papel ativo na defesa e implementação dos seus direitos civis, sociais, económicos, políticos, e culturais.

De uma maneira geral a participação infantil é considerada desejável em áreas relevantes para a aprendizagem e para a cooperação para o desenvolvimento. Neste contexto é ainda importante superar os enfoques de intervenção “autoritários” e “paternalistas”, de forma a atingir práticas mais igualitárias e democráticas.

Quando observamos o tipo e a qualidade da participação das crianças nas instituições educativas, constatamos o quanto esta é importante para desconstruir práticas educativas tradicionais, em que as crianças são consideradas objetos de

ação dos adultos que se assumem como proprietários do conhecimento e autores legítimos de todas as decisões, relativas ao bem-estar e aprendizagem das crianças.

Os processos educativos participativos assumem a parceria com as crianças, e potencializa as suas competências de ação e de tomada de decisão; procuram evitar que as crianças sejam manipuladas e proporcionam oportunidades de (co)organizarem e (co)desenharem processo educativo. Duas são as justificações para a opção por métodos educativos participativos; em primeiro lugar reconhece-se que as crianças têm direitos e como qualquer outro cidadão têm direito a decidir sobre os assuntos que as afetam, enquanto atores sociais competentes; em segundo lugar, reconhece-se a necessidade que as democracias modernas têm de pessoas que aprendam desde pequenas a lidar com as suas liberdades, a tomar as suas próprias decisões, a tomar o controlo da sua própria vida nas suas próprias mãos, a atuar com responsabilidade e a respeitar as regras de convivência respeitosa e igualitária (cf. Gaitán & Liebel, 2011).

As transformações materiais, sociais e tecnológicas têm contribuído largamente para que as crianças estejam mais capacitadas para reclamar o respeito pelos seus pontos de vista e exercer o poder de influência sobre assuntos que dizem respeito à sua própria vida. Há no entanto diferenças no modo como o fazem, em relação aos adultos. A maioria das instituições educativas tende a reconhecer a participação como uma norma ou “regra”, em que as pessoas são chamadas a *“atuar, a apresentar-se, a formar-se a si mesmas como participativas e também a considerar e a tratar os outros como tal”* mas como argumenta Gaitan (2011, p.123), a participação como “regra” apela à livre vontade do sujeito e à promessa de mais liberdade, co-decisão e autodeterminação (Masschelein & Quaghebeur, 2005, p.56 cit. por Gaitán & Liebel, 2011, p.123).

Na Cidade, reconhecida como espaço público e como contexto de vida urbano, o importante é fazer reconhecer que as crianças existem e têm capacidade de ser, pensar e atuar na sua cidade (Gaitán, 2008), considerando que aí, mais do que

em pequenas comunidades, os sujeitos têm mais campos e oportunidades de expressão.

Tonucci (2008) acredita que uma cidade democrática não pode ser responsável por impedir o desenvolvimento pleno dos seus cidadãos, propondo que as crianças pequenas colaborem com os arquitetos, no pressuposto de que estas são mais criativas e capazes de propor soluções inovadoras.

Existem diversas formas de promover a participação das crianças na promoção dos seus interesses e direitos enquanto categoria social ou parte integrante da população local. As crianças podem ser implicadas na vida das Cidades como informantes privilegiadas, quando o conhecimento profissional dos adultos é considerado insuficiente e parcial, pelo pressuposto de que as crianças compreendem muito melhor determinadas situações do que os adultos e que os adultos querem aprender com elas.

Segundo Gaitán e Liebel (2011), nos projetos de desenvolvimento baseados nos direitos das crianças as formas de participação predominantes são, a autorrepresentação, a consulta, e a defensoria/*advocacy*. A primeira inclui representações de teatro de rua, a publicação de testemunhos sobre programas culturais em que as crianças apresentam danças e canções sobre a sua cultura. Quanto à consulta inclui a prática de votar ou situações de entrevista para a planificação de programas ou projetos. Finalmente a participação das crianças na defesa da sua própria condição social (defensoria/*advocacy*) pode incluir a produção de vídeos ou revistas em que as crianças apresentam os seus pontos de vista e opiniões, ou quando as crianças são convidadas a participar em eventos nacionais ou internacionais.

São diversas as iniciativas internacionais que visam a inclusão das crianças no espaço público, como sujeitos que tem pleno direito de participar na vida das comunidades a que pertencem.

A iniciativa *Ciudades del Niño* tem vindo a ser desenvolvida por Tonucci, que citamos diversas vezes ao longo deste trabalho, através da criação de Núcleos dinamizadores da criação de conselhos de infância, com função consultiva nos

Municípios, em diversos países sobretudo europeus. Outra iniciativa que tem desafiado a capacidade de inclusão das crianças como parte integrante das cidades, é a rede de Cidades Educadoras, onde as diversas instancias locais são convidadas a repensar o papel educativo do espaço público e da organização da vida nas Cidades, tendo em conta os diversos grupos geracionais.

A iniciativa Cidade Amiga das Crianças, promovida pela UNICEF, enquanto agência para a Infância, das Nações Unidas, distingue-se pelo seu compromisso direto de implementação local da Convenção dos Direitos da Criança, através do Município, implicando a representação e participação formal das Crianças, na advocacia dos próprios direitos.

As bases desta iniciativa remontam do ano 1996, da II Conferência das Nações Unidas sobre *Human Settlements* que teve como objetivo tornar as cidades mais “habitáveis”. Nesta Conferencia foi assumido a nível internacional que o bem-estar das crianças é indicador de uma boa gestão dos assuntos da cidade.

O conceito de Cidade Amiga das Crianças radica neste contexto e assume como critérios da sua definição o empenho das autoridades locais em garantir o direito dos mais jovens a serem cidadãos iguais aos demais na sua cidade, com acesso a todos os serviços, independentemente da sua origem étnica, religião, nível económico, género ou incapacidade.

Numa Cidade Amiga das Crianças, todas as pessoas até a idade dos 18 anos, devem poder usufruir de serviços básicos, ou seja de cuidados de saúde, educação e abrigo e também ser protegido da exploração, violência e abuso; devem poder beber água potável e ter acesso a saneamento básico, viver num ambiente não poluído, onde haja espaços verdes, plantas e animais. Numa Cidade assim qualificada, todas as crianças e jovens podem passear nas ruas sozinhos e em segurança, podem aí encontrar-se com amigos e brincar e sobretudo participar na vida familiar, comunitária e social, ou seja ter acesso a eventos sociais e culturais e dispor de condições para influenciar a tomada de decisões sobre a sua cidade e expressar a sua opinião sobre as cidades que querem.

Trata-se de uma Cidade cuja governação política incorpora nos seus fundamentos, políticas e práticas os quatro princípios orientadores da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança: a não-discriminação; o interesse superior da criança; o direito à vida e ao desenvolvimento e o respeito pelas opiniões da criança.

Importa aqui referir que a iniciativa Cidade Amiga das Crianças foi implementada em Portugal em 2007 através de um protocolo que tinha como parceiros Comité Português da UNICEF, o Ministério do trabalho e da Solidariedade Social e a Associação de Municípios portugueses, sendo Aveiro um dos territórios implicados.

É no contexto destas preocupações, intenções e compromissos de inserção das Crianças de Aveiro, que todas as crianças, sem discriminação, no âmbito das iniciativas que tentam dar corpo ao autorreconhecimento de Aveiro como Cidade Amiga das Crianças, que justificou a nossa opção por um dos Bairros Sociais que desde a sua criação, foi percecionado pelos residentes como um território de exclusão social.

POR UM BAIRRO MAIS AMIGO DAS CRIANÇAS: NOVOS PROTAGONISTAS
Margarete Filipa Reis | Universidade de Aveiro

Parte II – Enquadramento Metodológico

Capítulo 4. Decisões e orientação metodológica

4.1. Das razões ao desenho do percurso de (re)conhecimento

O nosso interesse pelo Bairro de Santiago surgiu do desejo de escutar a voz das crianças que viam limitadas as suas oportunidades e possibilidade de utilizar os espaços públicos da Cidade e que dispunham de uma base de legitimidade para reclamarem o direito de participação: a participação do Município na iniciativa Cidade Amiga das Crianças, desde 2007, após a assinatura de um protocolo estabelecido entre a UNICEF, a Associação de Municípios Portugueses e o Instituto de Segurança Social.

A escolha deste Bairro, ainda estigmatizado pela população e pelos diversos agentes sociais de Aveiro, como território de exclusão, foi preparado por contactos informais com crianças que estavam implicadas em processos de intervenção educativa e projetos de investigação–ação participativa desenvolvidos por estudantes do primeiro e segundo ciclo de estudos, no quadro da cooperação entre a universidade e a Escola situada no Bairro.

A escuta de opinião das crianças sobre o que se poderia ser feito para revitalizar o Jardim que ocupa o espaço central do Bairro, foi a porta de entrada para o espaço da vida quotidiana no Bairro e dos seus habitantes. O diálogo com as crianças decorreu no percurso orientado entre o Instituto Português da Juventude e a Escola.

O apoio às crianças no ato de registo da sua opinião num Portal criado por Crianças da escola de segundo ciclo, também situada no Bairro, mobilizou as crianças para outra iniciativa que envolvia a sua participação como agentes influentes na vida do Bairro. A iniciativa “Libertar o Parque, devolvê-lo à comunidade”, desenvolvido por um grupo do Mestrado, criou mais um momento privilegiado de entrada no universo de interações e o encontro com os muitos silêncios que separam a vida da escola, das vivências, preocupações, expectativas e sonhos dos moradores dos diversos blocos, dos comerciantes e dos representantes e profissionais de diferentes serviços instalados no bairro.

O desejo partilhado, sobretudo com as já poucas crianças residentes no Bairro e nas que aí encontram suporte nos seus avós e outros familiares, nos mobilizou para consolidar e aprofundar alguns investimentos iniciados com as crianças no sentido de reconstruir olhar e o discurso da Cidade sobre o Jardim do Bairro de Santiago, identificando-o como espaço da Cidade. Surgiu a questão: como ocupar e fazer reconhecer o espaço do Jardim como lugar “potencialmente amigo das crianças” ?

A nossa aproximação da população aconteceu também numa outra iniciativa dinamizada por alunos da universidade, a instalação, e exploração de dispositivos lúdicos e animação de atividades para as diversas idades no Jardim do Bairro.

O envolvimento progressivo nestas iniciativas que acabamos de enunciar nos obrigou a tentar analisar e refletir sobre o sentido e significado deste conjunto de experiencias para as pessoas do Bairro, à luz dos contributos teóricos de autores que reclamam o direito das crianças a utilizar e opinar sobre os espaços públicos da cidade, como bem comum de toda a comunidade.

Por outro lado, e considerando que o Município já havia assumido compromissos no sentido do reconhecimento de Aveiro, como Cidade Amiga das Crianças, revisitamos o processo que foi tentado localmente de colocar o exercício dos direitos de participação das crianças, no centro das preocupações da rede social. Com este mesmo interesse de produção de conhecimento sobre a infância vivida no Bairro de Santiago, assistimos à Conferência “O peão e a cidade” em Aveiro e participamos no *VIII Encuentro La Ciudad de los niños*, em Madrid.

O desenho do nosso projeto emergiu do interior deste processo social que além de permitir a nossa aproximação gradual e discreta, quer das instituições com sede no Bairro, quer dos seus agentes, mas muito especialmente (e também através do olhar destes atores locais) da experiencia vivida pelas crianças pertencentes aos diferentes grupos que aí residem ou recorrem quotidianamente aos serviços e espaços dos serviços do Bairro, incluindo a Escola.

4.1.1. O Problema

Neste percurso, que foi partilhado com outros atores da comunidade e com agentes externos que viram no Bairro de Santiago a possibilidade de uma intervenção geradora de bem-estar para as crianças e demais grupos da

população, pudemos apreender os sentimentos de pertença mas também de impotência de uma população, composta por três gerações de residentes, que viu degradar e ser abandonada a conservação dos equipamentos lúdicos para as crianças, que haviam dado vida as relações de vizinhança no Bairro e entre o Bairro e a Cidade.

Partimos assim para o desenvolvimento deste projeto com as seguintes questões de partida:

- Como escutar e envolver a população e os agentes externos num processo de produção de conhecimento co-protagonizado por crianças residentes no Bairro?
- Como reagir face a atitudes de passividade e fatalismo que estavam instaladas entre os diversos grupos da população face a uma circunstância que privava as crianças de usufruir dos seus direitos ao lazer, ao desenvolvimento e a participação na vida da própria comunidade?
- Que papel poderia ter a Escola que deixou de servir estritamente a população do Bairro, na sustentabilidade deste processo?
- Como prevenir que as opiniões expressas pelas crianças da escola (através do convite a vereadora responsável pela CAC para visitar o Bairro e a carta enviada ao Presidente do Município) fossem “ofuscadas” pelo ponto de vista e discurso dos adultos mediadores deste processo?
- Que condições poderiam ser criadas entre as crianças residentes no Bairro, para manter o diálogo iniciado pela escola e pela voz das suas Crianças com o poder Executivo do Município?
 - Seria possível criar um grupo que desse voz ao seus interesses em contexto extraescolar?
 - As questões relacionadas com o uso do espaço público e com a mobilidade urbana seriam suficientemente mobilizadoras da associação entre crianças?

4.1.2. Metas e objetivos:

Estas preocupações definiram como meta, a concretizar a longo prazo, a revitalização do Bairro de Santiago e mais especificamente, da vida do Parque de

Santiago, de forma a transformar o que ainda é imaginado como um “espaço urbano periférico e socialmente problemático”, num espaço da Cidade a fruir e animar pelos residentes, vizinhança e visitantes do Bairro.

Objetivos

- Caracterizar o Bairro de Santiago enquanto espaço de residência, de localização do Parque de Santiago e enquanto espaço de memórias e de aspirações de melhoria da qualidade de vida pelos diversos grupos residentes
- Reconstituir a informação sobre projetos e percursos de intervenção que procuram dinamizar a população do Bairro tendo em vista a inclusão das crianças na Cidade
- Analisar as circunstâncias e condições de encontro e de comunicação entre as crianças, entre adultos e crianças e dos adultos dos diversos grupos sociais no espaço público.
- Analisar as condições e disposições das crianças dos grupos mais vulneráveis a discriminação, para participar em projetos que visem a participação na vida da escola
- Envolver a escola na produção de conhecimento sobre a infância no Bairro
- Discutir com as crianças os direitos da Criança consagrados na CDC, e visados pela iniciativa Cidade Amiga das Crianças, a partir da sua experiencia como alunos e como habitantes e/ou “vizinhos” do Bairro
- Recuperar e registar memórias e expressões de sentimentos de pertença e dos moradores sobre o Jardim, como espaço agradável, seguro e amigo das crianças.

4.2. Justificação da Metodologia

Este projeto foi desenvolvido através da articulação de três percursos de geração de dados através da interação informal com diferentes grupos da população, identificados por nós e por agentes da comunidade como potenciais parceiros no processo de produção de conhecimento sobre a infância vivida e desejada no Bairro. Participaram deste processo: (i) residentes pertencentes aos diferentes grupos sociais que coabitam no bairro, a reconhecer através da busca de

encontros informais no quadro das suas interações e vivências quotidianas, (ii) agentes sociais formais e não formais que sejam portadores da narrativa sobre a história e desenvolvimento do Bairro, como parte da Cidade e como objeto de estigmatização social e (III) crianças residentes e alunos da escola provenientes de outras zonas da cidade, na condição de co-autoras de propostas de melhoria do espaço público.

Este processo de produção de conhecimento sobre a realidade da infância no Bairro de Santiago foi construído com a participação das crianças, que teve lugar em dois momentos e contextos específicos.

- Na escola, em que foram inquiridas sobre os modos de ocupação de tempos livres e de lazer das crianças e sobre a sua opinião sobre o Parque do Bairro. Foi com as crianças que desenvolvemos
- No grupo de discussão e opinião constituído por crianças residentes no Bairro, que reuniu regularmente no polo de leitura do Bairro, que responderam ao convite para participar como parceiros de investigação

Adotamos como referentes teórico-metodológicos deste processo (i) os princípios da investigação-ação participativa, (ii) as recomendações sobre a prática de investigação participativa com crianças, como salvaguarda de questões éticas no recurso às seguintes técnicas participativas: conversas com crianças, entrevistas informais, momentos de discussão focalizada, *photovoice*, cartografias, desenhos, “*walking tours*” etc.

4.2.1. Referentes metodológicas

As decisões tomadas sobre a metodologia e sobre as técnicas a utilizar neste projeto tiveram em atenção os princípios da investigação-ação participativa e a especificidade da investigação com crianças.

A investigação-ação participativa tem as suas origens na investigação-ação, uma metodologia cíclica que só se pode desenvolver em colaboração com grupos reais no seu próprio contexto, mas que implica por isso, um processo de longa duração. É necessário que haja um problema, uma necessidade, um interesse. A problemática requer se delimitada e é aprofundada a partir de um diagnóstico, a que se segue a planificação do projeto e posterior implantação no terreno, onde se dá a aplicação da teoria. Trata-se de uma metodologia que não se limita a criar

efeitos momentâneos, mas pretende alcançar mudança permanente nos contextos (cf. Monteiro, 1998).

A investigação-ação participativa surgiu da convergência de algumas correntes de investigação dos finais dos anos 90, do século XX, cujas características comuns, são, segundo Pretty et al. (1995): a inovação local, o respeito pela diversidade e complexidade, o desenvolvimento das capacidades locais, a análise interativa, o diálogo e o apoio para as ações

Segundo Tomás (2007) a Investigação-Ação Participativa (IAP) enquadra-se no *“paradigma das ciências sociais críticas, um movimento político e um processo múltiplo de investigação, educação e ação”* (p. 47).

A investigação-ação participativa tem na sua base um conjunto de princípios ideológicos que incluem: um compromisso coletivo para investigar uma questão ou problema; o desejo de envolvimento e autorreflexão coletiva para melhor clareza sobre a questão da investigação; uma decisão conjunta de envolvimento individual e/ou coletivo na ação, que conduz a uma solução benéfica para as pessoas envolvidas; e a construção de alianças entre investigadores e os participantes no planeamento, implementação e divulgação do processo de investigação (cf McIntyre, 2008, p.1).

Esta metodologia é também caracterizada porque

“procura juntar a ação, a reflexão, a teoria e a prática, de forma participativa, na procura de soluções para questões importantes para as pessoas, e mais geralmente, para que as pessoas individuais e as suas comunidades possam florescer” (Reason & Bardbury, 2001, p.1)

A investigação-ação participativa é considerada por diversos autores como uma metodologia adequada à investigação com crianças. Existem, no entanto, algumas especificidades e precauções que é preciso ter em conta, considerando que o interesse de escutar as crianças e as suas experiências a partir de si mesmas é ainda recente; surgiu apenas no final da década de 80, momento em que as crianças deixam de ser vistas como sujeitos passivos da investigação realizada pelos adultos.

As relações de poder entre crianças e adultos são consideradas um dos aspetos que merece maior atenção ao longo do projeto da investigação. Mesmo nas investigações participativas e centradas nas crianças, as crianças só participam de forma parcial, sem muitas possibilidades de participarem de forma verdadeira nos projetos. Um exemplo típico é o das crianças que participam na investigação com desenhos e com a resposta às questões que lhes são colocadas pelos investigadores adultos, no entanto, cabe estritamente aos investigadores adultos fazer a interpretação dos dados, como referem Gaitán e Liebel (2011).

Alderson (2005) cita autores como Connolly e Enew (1996) para reclamar a atenção para a adequação dos métodos, etapas ou níveis de envolvimento das crianças no processo de investigação, considerando o nível no qual os adultos partilham ou afastam o conhecimento e controlo das crianças, um aspeto crítico da investigação com crianças. Cita também Arnstein (1979) e Hart (1992) que para estabelecer níveis de partilha de controlo e de participação das crianças no processo de investigação, representados como degraus de uma escada. Nos níveis mais baixos está a prenúnciação, a manipulação e o ordenamento; os seguintes correspondem à participação real, quando as crianças recebem tarefas, embora sejam informadas e consultadas, enquanto os adultos iniciam, mas também partilham decisões com as crianças. Os dois níveis superiores dizem respeito a projetos desenvolvidos e dirigidos desde o início com crianças. Estes níveis de participação das crianças são afetados pela capacidade destas entenderem os assuntos relevantes (cf. Alderson, 2005).

Gaitán e Liebel (2011) analisam o papel que as crianças e o adulto investigação desempenham em diversas modalidades de investigação que envolvam crianças, como objetos, informantes, co investigadores ou parcerias de investigação do adulto, como se observa na seguinte tabela:

Tabela 1 - Modelos de Investigação na Infância

Investigação sobre crianças	Crianças como objetos	Perspetiva dos adultos
Investigação com crianças	Crianças como informantes	Perspetiva dos adultos
	Crianças como co-investigadoras	Perspetiva das crianças e dos adultos
Investigação pensada pelas crianças	Adultos como co-investigadores	Perspetiva das crianças

Fonte: Gaitán e Liebel, 2011, p.173

Os autores referem que a investigação com crianças ajuda a compreender e interpretar os pontos de vista das crianças, ajuda a respeitar os seus interesses e direitos e permite que as crianças se envolvam de forma substancial no processo de investigação. É importante reforçar também que a investigação pensada pelas crianças vai além dos horizontes da investigação da infância, pois são as próprias crianças os atores principais do processo de investigação. Os adultos envolvidos podem assumir tarefas importantes, mas não assumem a direção e o poder de decisão, cabendo-lhes acompanhar e apoiar o processo. Neste caso, as investigações podem abordar tudo o que estas consideram relevante, por se reconhecer que são elas que melhor entendem e podem responder sobre a sua própria realidade (cf. Gaitán e Liebel, 2011).

4.2.2. Considerações sobre a ética e técnicas

Um aspeto a valorizar na investigação com crianças é a combinação entre o trabalho e a brincadeira. Segundo Alderson (2005) a própria Convenção das Nações Unidas estabelece uma ligação entre os direitos de participação na vida cultural com o direito de brincar (artigo 31) realçando a forma como os métodos usados na brincadeira podem melhorar a imaginação investigativa das crianças. A autora cita Miller (1997) para exemplificar uma situação em que o investigador sugere “vamos imaginar”, como forma de envolver as crianças no planeamento de melhorias nos recreios e infantários. Segundo a autora a abordagem através dos jogos ajuda as equipas de investigação a divertirem-se por se sentirem bem juntos como por trabalharem juntos, ajudando a sustentar o entusiasmo das crianças que são geralmente voluntárias.

“As crianças podem ser boas a escutar, questionar, desafiar, manter o assunto e ajudarem-se mutuamente a aprender e a desenvolver ideias” (McNamara e Moreton, 1997 cit. por Alderson, 2005, p. 272).

“Através dos diálogos com crianças, podemos aprender sobre o que elas conhecem e, até certo ponto, como elas aprendem” (Mayall, 2005, p.123).

Ao conversar com as crianças o investigador adulto precisa considerar a diferença de geração como elemento-chave para compreender a infância e as vidas diárias das crianças, que são estruturadas por visões adultas, sobre como as suas vidas devem ser vividas e sobre o que é a infância.

O investigador adulto deve confrontar-se com a realidade de duas ordens sociais, a dos adultos e das crianças, que impõe a cada grupo, condições específicas, constrangimentos, leis, direitos, responsabilidades e privilégios diferentes. Por isso o investigador deve adotar uma postura de observação participante; deve observar, escutar, refletir e relacionar-se com as crianças através de um diálogo apropriado aos acontecimentos que ocorrem naturalmente durante o trabalho de campo (Mayall, 2005).

“A observação participante de crianças requer tentar adotar o papel menos adulto, misturando-se com o mundo social das crianças, não tomando lado dos adultos, operando física e metaforicamente ao nível das crianças e dos seus mundos sociais” (Mandell, 1991, cit. por Mayall, 2005, p.124).

Para obter dados de qualidade o investigador precisa transmitir às crianças que as questões de poder entre crianças e adultos podem ser diluídas ou difusas, a ponto das crianças aceitarem o adulto como uma delas, uma vez que habitualmente as crianças pensam o contrário, ou seja, que os adultos exercem poder sobre elas (Mayall, 2005).

Se por um lado, achamos saber o que é ser criança, quando nos envolvemos em processos de investigação com elas, confrontamo-nos com algumas perplexidades sobre as suas competências, leituras do real, modos de ser que nos devolvem a ideia de que as nossas ideias acerca das crianças não podem ser

planas e lineares uma vez que os mundos das crianças são complexos e plurais. É exigido ao investigador uma constante prudência metodológica de forma a adequar os processos de investigação às crianças e aos seus contextos (Fernandes e Tomás, 2011).

Cuidados tais como conversar com as crianças sobre os significados que elas atribuem aos desenhos e às histórias que escrevem, permitir que as crianças moldem a agenda, focar-se em acontecimentos concretos da vida real e envolver as crianças na forma de lidar com as coisas, são condições que O’Kane (2005) considera fundamentais para estabelecer uma comunicação efetiva com as crianças e lidar com alguns desafios éticos com que os investigadores têm que lidar num processo de investigação com crianças.

A questão da confidencialidade e da ética que são especialmente importantes na investigação com crianças e requerem uma atenção adequada ao uso da linguagem, a literacia, a confidencialidade e o contexto, assim como ao estágio de desenvolvimento cognitivo e social que depende, não só da idade, mas também do género, origem socioeconómica e pertença étnica da criança.

A entrevista direta com as crianças pode fornecer uma perspetiva mais completa da vida delas. Quando se tratam de perguntas e repostas, é a clareza das perguntas que influencia a qualidade dos dados, sobretudo no caso das crianças mais novas (Leeuw e Otter, 1995 cit. por Scott, 2005).

Embora se reconheça que a melhor fonte de informação sobre os assuntos pertinentes para as crianças são elas próprias importa ter em conta que as crianças mais novas e os adolescentes tendem a responder ao questionamento dos adultos, sabendo ou não a resposta, tendo ou não uma opinião sobre os assuntos (Parker, 1984; Weber et al., 1994 cit. por Scott, 2005). As crianças constroem uma resposta, em vez de se recusarem a responder, porque pensa que caso ela não responda fica em risco de ser julgada pelo adulto, acusada de não querer cooperar, ou de não estar a prestar atenção ao questionário. Para que isso não aconteça as questões devem ser pertinentes e relevantes para a própria experiência e conhecimento da criança (cf. Scott, 2005).

Entrevistar crianças coloca assim alguns problemas práticos e metodológicos que poderiam ser prevenidos através da atenção à linguagem utilizada, bem como do

reconhecimento do seu nível de literacia. Embora as técnicas-padrão de questionário sejam impróprias para as crianças em idade pré-escolar, aos 7 anos de idade, é possível usar entrevistas individuais e de grupo semiestruturadas.

O recurso a ajudas de memória e a estímulos visuais podem ser uteis porque as imagens tornam o assunto mais concreto do que a simples representação verbal é considerado que as crianças tendem a esquecer-se das opções. A resposta padrão da escala de Likert (concorda totalmente, concorda, não concorda nem discorda, discorda totalmente) pode ser mais facilmente interpretada pela criança a quem se pergunta primeiro se concorda ou não concorda com a resposta, deixando para depois a avaliação da intensidade afetiva.

POR UM BAIRRO MAIS AMIGO DAS CRIANÇAS: NOVOS PROTAGONISTAS
Margarete Filipa Reis | Universidade de Aveiro

Parte III: O projeto

Capítulo 5. Aveiro Cidade Amiga das Crianças?

5.1. O Município de Aveiro revisitado à luz dos Direitos da Criança

O Município de Aveiro assinou o Protocolo “Cidades Amigas das Crianças em 2007, assumindo assim um conjunto de compromissos que requerem um processo de reflexão, de mobilização e de articulação de responsabilidades entre várias instâncias e serviços locais.

A implementação local da Convenção dos Direitos da Criança é uma das finalidades centrais desta iniciativa internacional promovida pela UNICEF, pelo que depende da capacidade de parceria de um conjunto de entidades co-responsáveis pela garantia dos direitos da criança ao bem-estar e promoção dos direitos de participação, de todas as crianças, sem discriminação.

Neste sentido, o compromisso de releitura da atividade habitual de provisão de serviços para a infância, à luz da Convenção dos Direitos da Criança, espera-se que cada entidade representada na rede social com sede no Município analise e promova as condições de exercício dos direitos de participação consagrados mais recentemente (1989), tendo em especial atenção à desvantagem de condições de participação das crianças dos grupos sociais mais vulneráveis à discriminação e privação social.

Importa lembrar que o conceito das “Cidades Amigas das Crianças” é também entendido e proposto como nova abordagem da sustentabilidade das condições de vida urbana, envolvendo não só a participação e envolvimento do governo central e das autoridades locais, como também das organizações da sociedade civil, empresas e meios de comunicação, assim como de peritos e instituições académicas e sobretudo as próprias crianças e jovens, aí reconhecidos como sujeitos com pleno direito à participação na vida das suas comunidades.

É neste contexto que se justifica a apresentação de dados de caracterização demográfica e os indicadores de aplicação de políticas para a infância que

deveriam garantir os direitos da criança - de todas as crianças - à proteção, provisão e participação.

5.1.1. Do Município à Cidade de Aveiro

O Município de Aveiro é sede do distrito com o mesmo nome. É parte integrante da região do Baixo Vouga e, em 2011 a sua população residente era de 78 450 indivíduos. Em uma década aumentou a sua população em 7% que tinha sido de 10,4%, na década anterior.

Aveiro ocupa uma área total de 197,5km² e a partir de 2012 passou a estar subdividida em 10 Freguesias, fruto da reorganização administrativa e territorial do país decorrente da aplicação da Lei nº 22/2012 de 30 de maio.

Tabela 2 - Reorganização das Freguesias do Concelhos de Aveiro

Freguesias até 2012	Freguesias após reorganização
Aradas	Aradas
Cacia	Cacia
Eixo	Eixo e Eirol
Eirol	
Esgueira	Esgueira
Glória	União das freguesias da Glória e Vera Cruz
Vera Cruz	
Nariz	Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz
Nossa Senhora de Fátima	
Requeixo	
Oliveirinha	Oliveirinha
Santa Joana	Santa Joana
São Bernardo	São Bernardo
São Jacinto	São Jacinto

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

Importa referir que o Bairro de Santiago, que é alvo deste estudo, que pertencia a Freguesia da Glória, está integrado na atual União de Freguesias de Glória e Vera Cruz.

A União de Freguesia Glória e Vera Cruz concentra 23,9% da população do Concelho (Glória (11,6%), Vera Cruz (12,3%) ou seja, é a Freguesia com maior

número de habitantes, a que se seguem Esgueira (17,1%) e Aradas (11,7%). É também uma das freguesias mais urbanas e que, com a Freguesia de Esgueira, concentra 41% da população total do Concelho, confinando com as freguesias peri-urbanas, Aradas, Cacia, Eixo e Santa Joana, que concentram cerca de 38% da população.

Quanto a organização espacial da Cidade, o aglomerado urbano está dividido em quatro zonas (i) o espaço envolvente do Canal Central do Rossio à Ponte-Praça onde se inclui a zona histórica da Beira-Mar; (ii) zona centro que se estende da Ponte-Praça ao Centro Cultural de Congressos ao longo do Canal do Cojo ligando-se diretamente; (iii) à Avenida Dr. Lourenço Peixinho, integrando o Fórum Aveiro, áreas residenciais adjacentes e o Mercado Manuel Firmino; e finalmente (iv) a zona do campus universitário com os núcleos residenciais adjacentes ao centro.

É nesta quarta zona da Cidade que se situa o Bairro de Santiago, onde foi desenvolvido o projeto.

5.1.2. As Crianças e Jovens enquanto parte da população

O peso da população mais jovem no Município de Aveiro (até aos 14 anos de idade) é de 14,6%, a somar aos 68,5% constituído pela população em idade ativa e 16,9% da população com mais de 65 anos de idade. O concelho de Aveiro à semelhança do que se passa a nível regional e nacional também apresenta uma tendência de envelhecimento da população. O número de crianças e jovens tem vindo a diminuir em Aveiro, tendência que se pode observar desde o período 1981 e 2011, como demonstram os seguintes indicadores estatísticos.

Tabela 3 - Estrutura etária da população residente 2011

Grupo etário	População residente			
	Portugal	Centro	Baixo Vouga	Aveiro
	N.º	N.º	N.º	N.º
Total	10562178	2327755	390822	78450
0 - 14 anos	1572329	319258	57328	11431
15 - 24 anos	1147315	239248	42498	8551
25 - 64 anos	5832470	1247499	217521	45202
65 - 74 anos	1048139	261599	38389	6869
75 e mais anos	961925	260151	35086	6397

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

Tabela 4 - População residente em Aveiro segundo os Censos por grupo etário

	1960	1981	2001	2011
Dos 0 aos 4	5.124	4.813	3.879	3.638
Dos 5 aos 9	4.462	5.267	3.929	3.706
Dos 10 aos 14	4.254	5.309	4.091	4.087
Dos 15 aos 19	3.780	5.432	4.891	4.223

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População

Fonte: PORDATA

Última atualização: 2015-06-26

Ao centrarmos a nossa atenção na distribuição das Crianças na população da União de Freguesias Glória e Vera Cruz, visada neste estudo, constatamos que o número de crianças entre os 0 e os 14 anos residentes é de 2337 crianças. Há no entanto diferenças a assinalar entre as duas zonas: o número de crianças residentes na zona da Vera Cruz é 1325, enquanto na zona da Glória é de 1012. Relativamente ao número de jovens entre os 15 e os 24 anos as diferenças são pouco significativas, sendo que a Glória conta com 996 jovens e a Vera Cruz com 931 como podemos observar abaixo.

Nos dois casos o grupo etário com maior número de população é o dos 25 aos 64 anos.

Tabela 5 - População residente nas freguesias de Glória e Vera Cruz por grupo etário
Glória **Vera Cruz**

Dos 0 aos 14	1012	1325
Dos 15 aos 24	996	931
Dos 25 aos 64	5166	5664
65 ou mais	1925	1737

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro (2014)

5.1.3. A Provisão de serviços de bem-estar social e Educação

Considerando que a maioria das crianças vive o seu quotidiano em espaços educativos especializados, tais como escolas, jardins-de-infância ou outro tipo de equipamentos ou projetos destinados à infância, importa analisar a natureza (pública ou privada) e a distribuição destes equipamentos sociais no espaço do Município.

Tabela 6 - Creches no concelho de Aveiro

Freguesia	Rede Solidária	Rede Privada	Rede Solidária	Rede Privada	Rede Solidária	Rede Privada
	N.º Equipamentos		Capacidade		Utentes a frequentar	
Eixo e Eirol	2	0	77	0	70	0
Aradas	3	2	136	66	118	55
Oliveirinha	1	0	40	0	40	0
Esgueira	5	2	270	53	270	42
S. Jacinto	1	0	20	0	18	0
Cacia	1	0	30	0	27	0
Santa Joana	2	0	111	0	116	0
S. Bernardo	1	0	75	0	75	0
Glória e Vera Cruz	7	1	482	32	440	8
N. Sr.ª Fátima, Re-queixo e Nariz	2	0	71	0	52	0
Total	25	5	1312	151	1226	105

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

Tal como se pode observar pelo quadro acima, a creche constitui uma resposta social de grande importância na União das freguesias da Glória e Vera Cruz e nas freguesias de Esgueira e Aradas, com 482, 270 e 136 utentes, respetivamente. É nesta área do Município que se concentram o maior número de equipamentos. De

notar também que dos 30 equipamentos que oferecem a creche como resposta social a 1321 crianças. A grande maioria das crianças (1226) frequenta um dos 25 equipamentos pertencentes à rede privada sem fins lucrativos e apenas 105 crianças frequentam um dos 5 equipamentos da rede privada com fins lucrativos.

Segundo dados disponibilizados pelas instituições, 17 das 25 creches da rede privada sem fins lucrativos, apresentavam listas de espera num total de 315 crianças, número que se reduz para 215 crianças quando foi feito o cruzamento de todas as listas. De referir que 8 creches apresentavam ainda um total de 46 vagas à data da recolha destes dados, em algumas situações explicadas pela existência de vagas em salas de creche menos procuradas, tendo em conta a idade das crianças.

A área correspondente a União de Freguesias Glória e Vera Cruz é referida no diagnóstico social como lugar onde há mais pedido de inscrição em lista de espera. É nesta área que se concentram 7 equipamentos da rede privada sem fins lucrativos, com 440 vagas ocupadas, apesar de haver capacidade ser de 482 crianças e 1 equipamento da rede privada, em que apenas 8 das 32 vagas disponíveis estão ocupadas.

No que respeita ao CATL - Centro de Atividades e Tempos Livres, resposta social destinada a crianças a partir dos 6 anos de idade, atende a um total de 731 crianças e jovens, em 15 equipamentos, dos quais 13 são oferecidos pela rede privada sem fins lucrativos e 2 pela rede privada com fins lucrativos. Embora em 5 CATL existam 46 vagas a lista de espera na rede privada sem fins lucrativos é de 19 crianças.

Tabela 7 - Centros de ocupação dos tempos livres no concelho de Aveiro

Freguesia	Rede Solidária	Rede Privada	Rede Solidária	Rede Privada	Rede Solidária	Rede Privada
	Nº Equipamentos		Capacidade		Utentes a frequentar	
Eixo e Eirol	0	0	0	0	0	0
Aradas	0	0	0	0	0	0
Oliveirinha	1	0	20	0	20	0
Esgueira	1	1	100	38	70	29
S. Jacinto	1	0	20	0	20	0
Cacia	1	0	40	0	42	0
Santa Joana	2	0	60	0	40	0
S. Bernardo	1	0	165	0	173	0
Glória e Vera Cruz	4	1	328	40	267	40
N. Sr.ª Fátima, Requeixo e Nariz	2	0	35	0	30	0
Total	13	2	768	78	662	69

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

A União de Freguesias de Glória e Vera Cruz conta com 4 equipamentos de ocupação dos tempos livres com capacidade para 328 crianças, sobrando 61 vagas por preencher; e conta também com um equipamento da rede privada com capacidade para 40 crianças, onde todas as vagas estão preenchidas.

A rede de Educação pré-escolar do Município de Aveiro, atendeu 2 323 crianças com idades compreendidas entre os 3 e 6 anos de idade, no ano letivo 2013/14. Desta rede fazem parte 54 estabelecimentos dos quais, 27 pertencem a rede pública, 20 à rede solidária e 7 são Jardins de Infância privados com fins lucrativos. Destes estabelecimentos 9 estão localizados na União de Freguesias de Glória e Vera Cruz e atendem 714 crianças, distribuídos por 2 estabelecimentos da rede pública, 5 da rede solidária e 2 privados com fins lucrativos, sendo a região do concelho com mais crianças a frequentar a educação pré-escolar.

Tabela 8 - Estabelecimentos de ensino do pré-escolar no concelho de Aveiro

Freguesia	Estabelecimentos de ensino do Pré-escolar				
	Período de referência dos dados				
	2013/2014				
	Estabelecimento				Alunos
	Total	Público	Rede Solidária	Privada c/ fins lucrativos	TOTAL
São Jacinto	2	1	1	0	28
Glória e Vera Cruz	9	2	5	2	714
Aradas	8	4	2	2	269
São Bernardo	2	1	1	0	162
Santa Joana	5	3	1	1	200
Cacia	4	3	1	0	156
Esgueira	11	5	4	2	423
Eixo e Eirol	5	3	2	0	177
Requeixo, N.ª Sr.ª de Fátima e Nariz	5	3	2	0	103
Oliveirinha	3	2	1	0	91
Total	54	27	20	7	2 323

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, há 2 951 crianças distribuídas por 31 estabelecimentos de ensino público. Existem ainda 260 crianças que frequentam 3 estabelecimentos da rede privada com fins lucrativos onde é ministrado o 1.º CEB: o Colégio D. José I, o Colégio Português e o Estabelecimento de Ensino Santa Joana com 99, 81; 70 crianças respetivamente.

Tabela 9 - Estabelecimentos Públicos de Ensino do 1º ciclo do Ensino Básico

Agrupamento de Escolas	Estabelecimentos públicos de Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico				
	Período de referência dos dados				
	2012/2013 e 2013/2014				
	Estabelecimento de Ensino	N.º Salas	Ano Letivo 2012/2013	Ano Letivo 2013/2014	NEE
Aveiro	EB1 São Jacinto	3	34	27	27
	EB1 Santiago	10	88	104	
	EB1 Barrocas	10	244	229	
	EB1 Glória	8	297	273	
	EB1 Vera Cruz	13	323	319	
Dr. Mário Sacramento	EB1 Bonsucesso	4	81	54	16
	EB1 Verdemilho	6	127	128	
	EB1 Quinta do Picado	3	38	31	
	EB1 Leirinhas	3	59	74	
José Estêvão	EB1 Areias de Vilar	2	41	40	22
	EB1 São Bernardo	8	191	195	
	EB1 n.º 2 São Bernardo (EB2,3)	10	165	154	
	EB1 Solposto	6	122	118	
	EB1 Presa	2	32	38	
	EB1 Areais	4	63	68	
Rio Novo do Príncipe	EB1 Cacia	3	43	47	7
	EB1 Sarrazola	3	63	61	
	EB1 Póvoa do Paço	3	68	57	
	EB1 Quintã do Loureiro	4	92	95	
Esgueira	EB1 Taboeira	2	31	33	5
	EB1 Esgueira	11	284	244	
	EB1 Quinta do Simão	2	26	32	
	EB1 Alumieira	4	68	68	
Eixo	EB1 Eixo	6	139	107	3
	EB1 Azurva	4	79	75	
	EB1 Requeixo	2	27	33	
Oliveirinha	EB1 Póvoa do Valado	2	31	30	18
	EB1 Mamodeiro	2	33	35	
	EB1 Nariz	2	32	28	
	EB1 Costa do Valado	2	40	37	
	EB1 Oliveirinha (EB2,3)	5	102	117	

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

Relativamente ao 2.º e 3.º ciclo do ensino básico foi frequentado por 4 177 crianças, das quais 1 509 frequentam o 2.º ciclo, 2 668 o 3.º ciclo e 101 os cursos de Educação e formação (CEF) distribuídos por 7 agrupamentos de escolas da rede pública.

Importa, ainda, referenciar a existência de outras organizações, públicas e privadas, cujo trabalho é fundamental em matéria de oferta educativa e formativa, como é o caso do Colégio D. José I, que ao nível do ensino secundário, que apresenta uma oferta formativa do tipo CEF, com 13 alunos e cursos profissionais com 119 alunos.

Tabela 10 - Estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos do ensino básico – rede pública

Agrupamento de Escolas	Estabelecimentos de Ensino no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico - rede pública			
	Período de referência dos dados			
	2013/2014			
	2º CEB		3º CEB	
	N.º Turmas	N.º Alunos	N.º Turmas	N.º Alunos
Aveiro	21	403	13	398
Dr. Mário Sacramento	8	165	24	549
José Estêvão	-----	215	-----	678
Rio Novo do Príncipe	7	147	11	214
Esgueira	14	303	19	443
Eixo	6	131	9	171
Oliveirinha	7	145	9	215
Total	63	1.509	85	2.668

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

Quanto ao ensino secundário e profissional em 2013/14 foi frequentado por 2 251 jovens matriculados no ensino secundário, havendo 621 a frequentar o ensino profissional em 4 escolas públicas.

Tabela 11 - Estabelecimentos e alunos do ensino secundário público

Agrupamento de Escolas	2013/2014		
	Estabelecimentos	Secundário	Profissional
Aveiro	Escola Secundária Homem Cristo	414	105
Dr. Mário Sacramento	Escola Secundária com 3.º CEB Dr. Mário Sacramento	586	108
José Estêvão	Escola Secundária com 3.º CEB José Estêvão	814	218
Esgueira	Escola Secundária com 3.º CEB Dr. Jaime Magalhães Lima	437	190
Total		2.251	621

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

A rede privada de Educação atende das quais 652 crianças e jovens assim distribuídos Estabelecimento de Ensino Santa Joana, com 123 alunos (60 no 2.º ciclo do ensino básico e 63 no 3.º ciclo do ensino básico), Colégio Português, com 58 alunos (22 no 2.º ciclo e 36 no 3.º ciclo) e pelo Colégio D. José I, com 471 alunos (190 no 2.º ciclo e 281 no 3.º ciclo). A Escola Profissional de Aveiro contempla somente o 3º ciclo, contabilizando 445 alunos.

Tabela 12 - Estabelecimentos e alunos no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico – rede privada

Freguesias	Entidade	2.º CEB	3.º CEB
Esgueira	Colégio Português	22	36
Glória e Vera Cruz	Escola Profissional de Aveiro	0	445
	Estabelecimento de Ensino de Santa Joana	60	63
Santa Joana	Colégio D. José I	190	281
Total		272	825

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

5.1.4. A provisão de apoios diferenciados a Crianças em circunstâncias “especiais”

No Município de Aveiro foram criados apoios adicionais às crianças e jovens que estão em desvantagem no acesso a oportunidades educativas e de inclusão social. A Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência, que contempla questões de: (i) acessibilidades; (ii) comunicação; (iii) cultura; (iv) desporto e lazer; (v) educação e formação; (vi) trabalho; (vii) participação cívica.

Segundo os Censos 2011, cerca de 32% (24 941) do total da população residente no concelho de Aveiro apresentava dificuldades e ou incapacidades. As Crianças e Jovens são parte deste grupo da população e cujas dificuldades estão abaixo discriminadas.

Tabela 13 - Tipo de dificuldade segundo o escalão etário

Escalão Etário	Não consegue ver ou tem muita dificuldade	Não consegue ouvir ou tem muita dificuldade	Não consegue Andar ou subir degraus ou tem muita dificuldade	Elevada dificuldade de memória/concentração ou tem muita dificuldade	Não consegue Tomar Banho/vestir-se sozinho ou tem muita dificuldade	Não consegue compreender os outros ou fazer-se compreender ou tem muita dificuldade
5 - 9 anos	37	16	10	68	45	38
10 - 14 anos	66	19	18	128	20	58
15 - 19 anos	90	21	21	105	28	60

Fonte: Diagnóstico Social de Aveiro Outubro 2014 (2014)

Contam-se neste grupo da população infantil 68 crianças entre os 5 e os 9 anos, 128 crianças entre os 10 e os 14 anos e 105 jovens entre os 15 e os 19.

Apesar de no Concelho haver um Serviço de Informação e Mediação com Pessoas com deficiência (SIM-PD), um Centro de Recursos TIC para a Educação

Especial e Unidades Multideficiência em alguns agrupamentos de escolas, o Diagnóstico Social de 2014, aponta a falta de respostas em período extraescolar e a redução do terapeutas e docentes para prestar apoio especializado nas escolas, como problemas que afetam a igualdade de direitos destas crianças e consequentemente o reconhecimento e afirmação da sua cidadania. O desconhecimento e desrespeito dos direitos não tem merecido o suficiente cuidado da parte dos agentes responsáveis.

O Município de Aveiro dispõe também recursos que atendem a circunstâncias de risco e perigo de crianças expostas a relações e outras condições de negligência, abuso, maus-tratos e outras condições que atentam contra os seus direitos de proteção. A mobilização dos recursos locais é feita pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Aveiro (CPCJ de Aveiro) na sua dimensão restrita e alargada, que integra um grande número de representantes de entidades ligadas a infância a nível local.

Capítulo 6. Aveiro: Cidade ou Cidades?

6.1. A invisibilidade do Bairro de Santiago e dos seus espaços públicos

O Bairro de Santiago é, segundo Caetano (2009), referido frequentemente como uma das “piores zonas de residência de Aveiro” apesar de ser uma das zonas da cidade de Aveiro com mais espaços verdes, o que o autor considera “uma exceção ao que se conhece nos bairros congéneres nas restantes cidades do país”.

No entanto, quer os espaços verdes, quer os parques de estacionamento situados no Bairro ou zona envolvente não constam de mapas informativos sobre a Cidade. Constatamos que o mapa pedonal da Cidade de Aveiro sinaliza 7 parques, assim distribuídos pela Cidade (i) junto ao estádio Municipal; (ii) no rossio; (iii) na baixa de Sto. António; (iv) o Parque Infante D. Pedro; (v) junto ao lago da Fonte Nova; (vi) junto à loja do cidadão; (vii) Parque Central na Avenida Francisco Sá Carneiro. O mapa assinala também 9 campos de futebol. Deste não consta o Parque de Santiago, nem os 4 campos de futebol que existem no Bairro, apesar do Bairro de Santiago constar do mapa da Cidade. O mesmo acontece em relação aos espaços destinados aos automóveis na Cidade. O Projeto FORA - Falta de Ordem nas Ruas de Aveiro sinaliza 7 parques de estacionamento no mapa dos parques de estacionamento, e deste não consta nem o parque de estacionamento junto ao Mercado de Santiago, nem os parques próximos à universidade, que constitui uma área contígua ao Bairro.

Esta invisibilidade e o risco de desqualificação do Parque do Bairro de Santiago, dos parques desportivos aí integrados, dos parques de estacionamento situados nos seus arredores torna todo este território, as suas ruas, as suas praças e equipamentos sociais vulneráveis a estigmatização e ao abandono.

Importa referir que o Bairro de Santiago ocupa uma zona central da Cidade e pertence à União de Freguesias Glória e Vera Cruz. A mobilidade no Bairro ocorre nas 12 ruas: Rua Nova, Rua de Espinho, Rua de Santa Maria da Feira, Rua de Oliveira de Azeméis, Rua da Anadia, Rua de São João da Madeira, Rua de Ovar, Rua de Albergaria a velha, Rua de Arouca, Rua de Vagos, Rua de Águeda, Rua de Castelo de Paiva e duas praças: Praça de Espinho e Praça da Anadia.

(Dados fornecidos pela Junta de Freguesia da Glória Casa da Comunidade sustentável, 2015)

As ruas estão dispostas no bairro na seguinte forma:

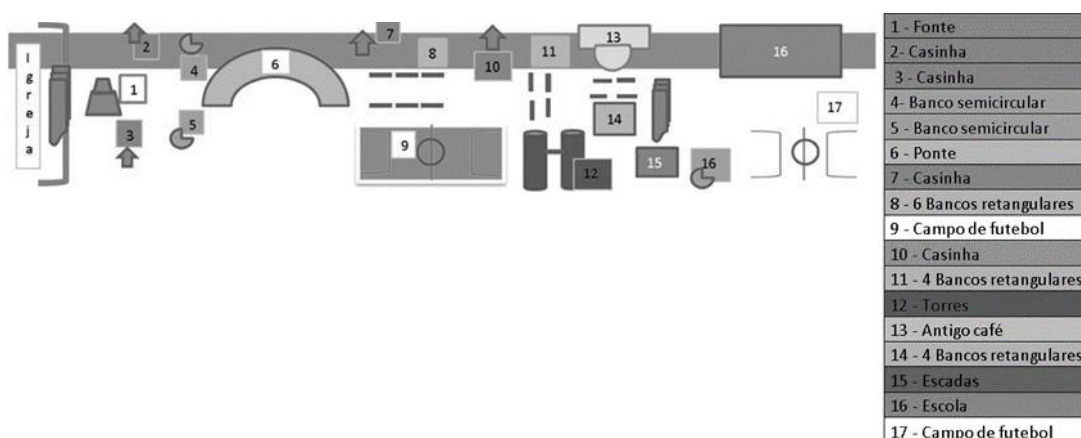
Figura 1 - Representação do Bairro de Santiago



Fonte: Representação do bairro feita pela investigadora

Como é possível constatar neste mapeamento das ruas, o Parque ocupa uma área extensa que ocupa o espaço central entre os dois blocos que deram origem a urbanização. Existem a árvores e relva a contornar parques desportivos, pracetas distribuídas entre os prédios, um anfiteatro e outras estruturas decorativas. Embora manutenção destes espaços e equipamentos não permita uma boa utilização pelos diversos grupos que formam a população, as crianças e as pessoas mais idosas são as que mais lamentam não poderem tirar maior proveito da sua; muitas referem memórias de experiencias de interação entre vizinhos que foram vividas diretamente ou narradas pela primeira geração de moradores. O espaço é amplo como podemos ver na seguinte figura:

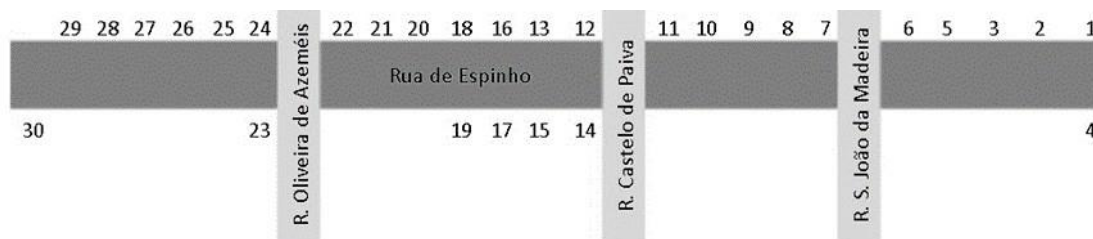
Figura 2 - Representação do Parque de Santiago



Fonte: desenho elaborado pela investigadora

Para além do espaço verde, esta urbanização dispõe de espaços de comércio, serviços e equipamentos sociais. Existem 30 espaços com este tipo de ocupação sendo que 12 destes estão encerrados. Os restantes 18 são pontos de encontro da população e animam a vida ao bairro. A Rua de Espinho, conta com vários estabelecimentos comerciais e é aí que estão localizados a maior parte dos serviços sociais e educativos.

Figura 3 - Representação da Rua de Espinho



Fonte: representação elaborada pela investigadora

Apesar da grande dimensão e das estruturas de que o Bairro está dotado, raramente este território é referido como espaço desejável. Esta não é uma situação exclusiva deste Bairro, partilhando a mesma imagem com outros Bairros sociais que são referidos como “lugares de pobreza, marginalidade e violência” (Fernandes; 1997). Como refere Caetano (2009, p.11) “os chamados bairros sociais

constituem frequentemente grandes aglomerados habitacionais e zonas urbanas aos quais se associa uma imagem estigmatizada aplicada indiscriminadamente”. As conversas informais com moradores do bairro e com os técnicos que ali trabalham nos deram conta de como os parques e outros espaços destinados à brincadeira das crianças foram sendo suprimidos com o argumento da degradação, que poderia igualmente ser justificada pela falta de conservação destes espaços e dos equipamentos lúdicos enquanto bem público. Pouco a pouco a população deixou de usufruir do parque como espaço público seguro, limitando as relações sociais entre vizinhos e gerações, bem como a liberdade de acesso das crianças ao parque, sob cuidado da comunidade. O parque está a perder as pessoas e as pessoas estão a perder o parque.

A limitação da autonomia, os riscos de mobilidade e outros causados pelo anonimato das cidades que são discutidos por Tonucci, ganha outra dimensão para as crianças que, quando querem brincar em outros parques da cidade, cujo equipamento está conservado, é mais atrativo e seguro, além de não disporem do acompanhamento dos adultos têm que enfrentar sozinhas os riscos de mobilidade e anonimato das cidades, por serem vistas como estranhas, sendo muitas vezes alvo de atitudes de discriminação que refletem a imagem negativa do Bairro de Santiago como zona problemática que é difundida pela imprensa e redes sociais.

6.2. O Bairro de Santiago a história narrada aos mais novos

O bairro foi construído para realojar pessoas que moravam em locais que foram demolidos para a construção de estradas em Aveiro. Os primeiros edifícios a serem construídos, entre 1975 -1976, foram os chamados “comboios amarelos”, edifícios que estão situados na Rua de Santa Maria da Feira. Inicialmente as portas ainda não tinham números, não existia rede telefónica e as ruas ainda não estavam pavimentadas.

Aos primeiros moradores de Santiago, que tinham sido desalojados de outras áreas da cidade, vieram juntar-se, ainda nos anos 70, outras famílias de Aveiro que viviam em más condições habitacionais. Entre 1980 a 1982, este volume aumentou passando a alojar famílias que viviam em situações de pobreza, associadas ao desemprego e empregos precários e mais tarde grupos

identificados também por problemas de saúde mental (dependência do consumo de álcool) e pela alta abstenção escolar.

Até ao começo dos anos 80, Santiago as duas fileiras de prédios edificadas, conhecidos como “comboios amarelos”, eram constituídos por 268 fogos. No final dos anos 80, mais precisamente em 1989, acabavam de ser construídos mais 783 fogos, dos quais 633 eram destinados ao arrendamento e 150 eram objeto de alienação a preços controlados. O discurso oficial referia esta urbanização nestes termos

“Garantir a todos, qualquer que seja o seu lugar na escola social, o direito básico a usufruir de casa própria, comprada, alugada ou cedida que corresponda ao seu tipo específico de vida” (Informativo 1987-1993 da Câmara Municipal de Aveiro).

O complexo de piscinas na área urbana de Santiago e o mercado de Santiago foram construídos também no final dos anos 80. Em 1990 uma reunião autárquica decidiu executar um furo de rega nos jardins de Santiago, o que nos dá a entender que já havia ajardinamento entre os edifícios de habitação social.

Entrega das primeiras casas ocorreu a partir de Agosto de 1991. Do total de 784 fogos, e por iniciativa da Câmara e com apoios da INH e IGAPHE foram entregues 16 casas ainda em fase de construção, por terem sido compradas pelos interessados a preços controlados. Os restantes fogos foram atribuídos até 1993, ano da conclusão da urbanização de Santiago e da construção da Escola de Santiago.

Em 1996, durante o mandato do Presidente da Republica Jorge Sampaio, surgiram os Projetos de Luta contra a Pobreza, cujo objetivo era combater os problemas da pobreza, do desemprego, da precaridade laboral, do consumo de álcool e da abstenção escolar, pela criação de condições de aproximação entre adultos, crianças e jovens.

Em Aveiro foram criadas equipas de intervenção que assumiram diversas funções que são habitualmente atribuídas às famílias: “acordavam as crianças, tratavam da sua higiene pessoal e as levavam à escola” como referem os moradores. Foi criado um grupo de rap, a partir de grupos espontâneos no Bairro e que com o enquadramento do Projeto chegou a gravar um CD com apoio da equipa e sob

orientação de um jovem músico. Neste período a Camara criou também o Polo de Leitura da Biblioteca Municipal, no Bairro de Santiago; este consistiu numa mediateca com secções destinadas a crianças, jovens e adultos de todas as idades.

Fontes: Informativo 1987-1993 da Câmara Municipal de Aveiro; Pároco da freguesia de Vera Cruz, João; Funcionária do Polo de Leitura de Santiago, Teresa.

6.3. Os equipamentos Culturais locais: a Escola e o Polo de Leitura de Santiago
A escola básica de Santiago foi criada em 1993, na Rua de Sta. M^a da Feira e esquina com a Rua de Ovar. Atualmente conta com 4 turmas, uma referente a cada ano escolar.

Quanto às instalações é composta por quatro edifícios; o primeiro edifício com duas salas da aula, um gabinete, uma biblioteca, duas casas de banho, um corredor e um *hall* de entrada; o segundo edifício tem um ginásio, um refeitório e uma casa de banho; o terceiro tem um lance de escadas, três salas de aula, uma das quais está desocupada atualmente. Neste edifício existe uma sala de apoio, um gabinete e uma sala destinada aos assuntos relativos às crianças com necessidade educativas especiais. No rés-do- chão encontram-se sala de arrumos. As antigas salas do jardim-de-infância funcionam num quarto edifício construído recentemente.

O Polo de Leitura de Santiago situa-se a meio da Rua de Sta. Maria da Feira e foi construído em 1996 no âmbito do Projeto de “Luta contra a pobreza”, instalado num dos primeiros edifícios construídos no Bairro, os conhecidos “comboios amarelos”. O Polo ocupa dois pisos, onde estão instaladas, no primeiro, uma secção infantojuvenil e de computadores; e no rés-do-chão, a secção geral, destinado aos outros grupos etários. O horário de funcionamento é entre 14h às 18:30h e está encerrado ao fim de semana.

Figura 4 - Maquete do Polo de Leitura de Santiago



Fonte: Elaborada pelas crianças do grupo de discussão focalizada, Je, Mo, Cl e Jo

Capítulo 7. O processo de Investigação

7.1. Um Ponto (prévio) de partida

Podemos situar o ponto de partida para este processo de investigação-ação participativa, em Maio de 2014, ou seja no momento em que entramos no Bairro de Santiago, no papel de observadora participante, em diferentes atividades que estavam a ser desenvolvidas por Colegas da Licenciatura em Educação e do nosso próprio grupo de Mestrado e mais especificamente, nas disciplinas: infância, educação e participação comunitária, empreendedorismo social e seminário de especialização em educação social e intervenção comunitária.

É o nosso *caderno de notas* que nos dá conta de uma fase “zero” do projeto; nele registamos as entrevistas, as respostas a pedidos de informação e de documentos sobre a história do bairro e sobre a população, seus problemas, recursos e aspirações. A conversa com o Padre João das Florinhas do Vouga foi a primeira porta para encontros e conversas mais ou menos formais, que tivemos com agentes de serviços locais e com moradores locais, e principalmente com as poucas crianças que se encontravam no espaço público do Bairro e mais propriamente Parque do Bairro.

Dos contactos que tivemos com técnicos de serviços sociais locais, ficamos a saber do envolvimento que alguns tinham no projeto de luta contra a pobreza, nos anos 90 e conhecemos algumas atividades de animação que procuram criar espaços de encontro entre pessoas idosas, crianças e outros grupos mais vulneráveis do Bairro. Ficamos a saber que apesar dos muitos serviços e projetos desenvolvidos no Bairro, persistem muitas situações de famílias com dificuldades de inserção, devido à pobreza e privação de recursos, da dependência de apoios sociais e da pertença a grupos minoritários que continuam a ser alvo de discriminação pela sociedade.

Nas visitas e conversas que tivemos com os moradores do Bairro, em dias de semana, num sábado e no feriado de 1 de Maio, procuramos criar uma imagem sobre as suas experiências de infância e sobre a experiência atual das crianças que vivem numa zona residencial que é conhecida pela Cidade, como território de exclusão.

O encontro com as crianças nos fins-de-semana e feriado, bem como depois, no desenvolvimento do nosso projeto, foi difícil porque muito poucas crianças, jovens ou idosos utilizam o espaço público; pudemos ver, também pelo olhar das crianças que o Parque do Bairro que, segundo contam os moradores mais antigos, tinha sido um lugar muito bom para o encontro entre as pessoas do Bairro e entre elas e as pessoas da Cidade.

O primeiro projeto que nos deu a conhecer o olhar das crianças sobre o Parque do Bairro foi desenvolvido no âmbito do Mestrado e desenvolvido em cooperação com a Escola: *“Escuta-me, sou criança estou aqui!”* por Ana Guerreiro. Além de conversarem sobre os direitos da criança, o terceiro ano da escola percorreu, fotografou e debateu os problemas de abandono e de perigo do Parque. O resultado deste projeto foi convidar, preparar e acompanhar a *visita da Vereadora da Cultura* responsável pela iniciativa *Cidade Amiga das Crianças*, ao Parque. As crianças puderam apresentar a degradação dos equipamentos, falta de conservação do espaço e iluminação e abandono de espaços que estavam cheios de mensagens negativas e pouco acolhedoras dos visitantes e dos residentes, propondo que a zona dos balneários que estava a ser habitada por Pessoas sem abrigo (e que já tinha sido uma esplanada com Café) fosse reabilitada como Biblioteca e parque infantil.

A *Carta ao Presidente da Câmara* que foi escrita pela equipa da Escola com as crianças enviada no mesmo ano (anexo 1), e que não tendo tido resposta, foi reenviada ao novo executivo no ano seguinte, já com o apoio da Associação de Pais.

Esta ação foi continuada por um Grupo da Licenciatura, que levou todas as crianças a atravessarem o Parque, no percurso entre a escola e o IPJ (Instituto Português da Juventude), para inscreverem a sua opinião e sugestões no Portal das Crianças; este, criado por outro grupo de Crianças da escola João Afonso.

Referimos como parte importante desta *fase zero* da nossa entrada no terreno o projeto *Libertar o Bairro, Devolvê-lo à Comunidade* (Anexo 2), que nos permitiu

manter o estatuto das crianças como observadoras críticas do Parque como espaço público que também pertence a todas as crianças, da Cidade. Esta atividade procurou dar a revisitar o Bairro e o Parque, mas também escutar com as crianças, as memórias que as pessoas idosas, profissionais e comerciantes tinham sobre o Bairro que continua vivo nas suas memórias, apesar das mudanças que os entristece, em muitos casos.

Referimos finalmente outro contacto que tivemos oportunidade de ter, como observadores participantes, da não utilização do Parque pelos moradores do Bairro, a atividade desenvolvida com a Licenciatura de Educação Básica, no âmbito da disciplina Comunicação e Expressão: *“E o Parque aqui tão perto”* (Anexo 3). Neste contexto, a colaboração na tarefa de difundir e envolver adultos e crianças em atividades lúdicas que foram planeadas e animadas para a população do Bairro, nos permitiu uma vez mais conversar com muito poucas crianças e alguns adultos sobre o que o parque poderia ser e sobre o que seria preciso fazer para que as pessoas voltassem a dar-lhe vida!

7.2. A entrada no terreno

A nossa entrada no terreno, como investigadora começou pelo contacto com os profissionais, na procura de identificar fontes de conhecimento sobre a vida do Bairro. Fomos à Câmara, à Junta de Freguesia e às Florinhas do Vouga, que é a principal instituição de apoio social do Bairro, procurar relatórios e outros documentos com informação sobre a população e sobre os serviços em funcionamento ou já desativados no espaço do Bairro, mas também fomos consultar arquivos dos Boletins Municipais e aos Bombeiros, ao Mercado, ao Polo da Biblioteca e as Associações locais e na procura de documentos e de relatos sobre os acontecimentos que são lembrados pelas pessoas do Bairro.

Procuramos em todos os lugares e com todas as pessoas com que pudemos conversar, escutar depoimentos e memórias; foi difícil reter e registar os ditos e também os silêncios destas instituições e agentes profissionais que nos deram a sua imagem e as suas explicações para os problemas vividos no Bairro, internamente e na relação com a Cidade. A impossibilidade de usar o gravador foi um obstáculo também nas conversas informais com os moradores e pessoas que,

não sendo moradoras frequentam o bairro no dia-a-dia, por razões de trabalho, de procura de apoio social ou por relações com familiares.

Com estes contactos, na maior parte não-formais e ocasionais, procuramos que a realidade do Bairro e do Parque fosse lembrada e imaginada por instituições e pessoas que tem influência na vida das crianças residentes no Bairro e das suas famílias. Queríamos recuperar a atenção destes agentes locais e das autoridades municipais para o seu papel como testemunhas e intervenientes ativos ou passivos no processo de lenta degradação e perda do espaço público do Bairro.

Tentamos dar visibilidade às experiências das crianças e fazer eco das opiniões que já tinham expressado e comunicado às autoridades locais, tentando sensibilizar para o papel que as crianças podem ter e têm tido em outros lugares e comunidades, na melhoria da vida da comunidade, pelo uso dos espaços públicos como lugar de encontro entre vizinhos de várias idades e lugares das Cidades.

Procuramos também, e de forma muito ativa, tentar recuperar o contacto com os moradores, familiares das crianças com que tínhamos conversado e colaborado na fase zero do Projeto. Foi o momento de voltarmos a famílias conhecidas, aos comerciantes, profissionais e outras pessoas conhecidos ou estimadas no Bairro. Pretendíamos constituir um grupo de investigadores, com crianças e jovens que pudessem abrir o diálogo sobre as nossas preocupações e sonhos de ver o Parque com a mesma vida de que falavam os primeiros moradores e algumas testemunhas da criação, do desenvolvimento, do projeto de luta contra a pobreza, onde as crianças e os adultos conversavam, brincavam, faziam espetáculos, jogavam nos campos de futebol e se encontravam com vizinhos e amigos.

7.3. A constituição do grupo de investigadores

Foi através dos encontros informais na rua, mas também no pedido de colaboração das associações e famílias, que surgiu o grupo de crianças que convidamos a ser nossos parceiros como investigadores. A maioria das crianças é descendente de famílias que foram realojadas no Bairro na fase inicial e que por isso guardam as memórias que pensamos que poderiam gerar novos diálogos e sinergias na comunidade.

O grupo foi formado por crianças mais velhas e de famílias com muitos problemas sociais. Apenas uma das crianças que aceitaram o convite a participar no grupo, tinha sido ouvida ou dado opinião sobre o Parque na Escola. Foi com estas crianças que revisitamos as memórias, os espaços e as propostas de melhoria do Bairro e que tentamos manter vivo o processo de atenção e apropriação do Parque como espaço público do Bairro, mas também da Cidade como um todo, de que o Bairro de Santiago é parte.

7.4. Os encontros com as crianças

Podemos subdividir os encontros com as crianças em três temas diferentes: espaço urbano; direitos consagrados na CDC e atividades de reforço da identidade do grupo.

O tempo de partilha e ação com as crianças procurou respeitar as rotinas das mesmas.

O primeiro encontro aconteceu no dia 12 de Março, onde apresentei o projeto e abordei as questões dos direitos de participação, conversei com as crianças acerca da iniciativa Cidade Amiga das Crianças e da importância de participarem e colaborarem com este projeto do seu Bairro. Também relembramos outras iniciativas feitas no Bairro onde um dos elementos do grupo tinha participado. Esta sessão veio responder ao objetivo de discutir com as crianças os seus direitos de participação e de reconstruir informação sobre os percursos de intervenção já feitos no bairro.

Tendo em vista a caracterização do Bairro de Santiago enquanto lugar de residência, localização do jardim e memórias, no segundo encontro com as crianças revitalizamos as memórias que os residentes mais velhos lhes contavam sobre o bairro.

Para reforçar esse objetivo, num terceiro encontro as crianças entrevistaram pessoas com mais idade, e que eram moradores há mais tempo no Bairro. Após esse (re) conhecimento sobre o Bairro vivido pelas pessoas do Bairro como espaço público, quisemos analisar em contexto real o estado do mesmo, na atualidade.

Partimos de uma primeira análise das condições e circunstâncias de encontro e

comunicação entre crianças e adultos, um dos nossos objetivos do trabalho. Embora já tivesse havido 4 encontros no Polo de Leitura, havia crianças que pareciam inibidas a participar no projeto; apercebemo-nos que algumas delas chegavam ao projeto cansadas, depois uma carga horária escolar elevada.

A solução que encontramos para os implicar pessoalmente na concretização dos objetivos do projeto, com que elas se tinham comprometido formalmente (anexo 4), no início do projeto foi a realização de atividades que valorizassem a sua presença pessoal e pertença social ao grupo, para reforçar o sentido de uma identidade coletiva, que vinha sendo construída através da comunicação e da ação do grupo sobre o Bairro, e que precisava ser reconhecida como essencial à investigação.

Neste sentido realizamos um trabalho (anexo 5) que surgiu como uma oportunidade de conhecimento das crianças e de fortalecer os laços entre elas. Depois de uma conversa sobre o quotidiano que envolvia a ação de cada uma de nós no grupo, propus a realização de entrevistas entre pares. Esta forma lúdica de comunicar no grupo, permitiu que as crianças se desinibissem e se sentissem mais à vontade, ao procurar e ao darem-se a conhecer melhor no contexto do grupo. Esta passou a ser uma forma desejada de participação e de manifestação dos seus pontos de vista e ideias no grupo, que reforçou a identidade social coletiva, como grupo de investigadores-participantes de um projeto elaborado passo a passo, com respeito ao seu ritmo e interesses pela realidade da comunidade a que pertenciam.

O facto de estarmos a conversar num serviço público, e em espaço aberto a toda comunidade, era novo e em algum momento as crianças pareciam um pouco receosas em expressar as suas opiniões e tomar decisões. Para aumentar o seu sentimento de membro da comunidade e de legítimas utilizadoras do espaço em que reuníamos e debatíamos assuntos relacionados com a vida da comunidade, que a todos diziam respeito. A proposta era consciencializar as crianças de si mesmas como sujeitos de direitos e como cidadãs ativas em relação ao espaço público.

Depois de uma visita e observação muito cuidada aos espaços, recursos e de uma conversa sobre a utilização e utilizadores (ausentes) do próprio polo de

leitura, decidimos construir uma maquete (anexo 6) que pudesse dar a conhecer melhor aquele serviço ao público, ou seja aos vários grupos que viviam no Bairro e na Cidade.

Durante o tempo de imaginação e de montagem da maquete as crianças puderam apropriar-se melhor do polo de leitura como a sede do projeto em que se empenharam inicialmente, na recolha de memórias, na escuta das memórias e das suas observações sobre o Parque de Santiago.

A construção da maquete criou um contexto que facilitou a exploração e a apropriação afetiva do espaço, gerando um sentimento de proximidade entre o ambiente físico do Bairro e o ambiente físico da Biblioteca que era ainda pouco frequentada pelos seus familiares e amigos, e por muitas outras crianças do Bairro.

Esta aprendizagem social, de descoberta de si como pessoa, como membro do grupo e da comunidade a que se destina este e os outros serviços públicos locais, criou um maior à vontade e disposição das crianças para aprofundarem o conhecimento do Bairro e apresentarem propostas de solução para os problemas, passando a ver nesta ação prática, uma forma de exercerem os direitos de participação, que estão consagrados na CDC. De seguida houve uma conversa, em que as crianças obtiveram informação, mas sobretudo puderam participar ativamente na discussão sobre os direitos legítimos da criança à liberdade de expressão e a autonomia, dialogando numa das sessões com uma convidada externa (orientadora de mestrado).

As crianças puderam experimentar o tempo e o espaço do projeto e da sua identidade social coletiva, como membros de um grupo de investigação sobre o Parque e o Bairro, como trabalho, descoberta e brincadeira, o que respeita as recomendações sobre a investigação-ação participativa com crianças.

Nesta etapa do percurso as crianças voltaram a caminhar no Bairro, para observar, analisar e discutir problemas para os quais agora procurava soluções a apresentar as autoridades locais, responsáveis pela sua conservação, segurança e dinamização. A exploração e o conhecimento dos espaços a que estavam habituadas ganhou um novo sentido, tendo passado a reconhecer o trabalho de cooperação em equipa, como fatores essenciais na preparação das visitas e das

decisões a tomar a favor da melhoria do Parque do Bairro.

O fortalecimento da identidade do grupo foi crucial para o desenvolvimento final do projeto. Com o grupo mais unido, desinibido e predisposto a colaborar da investigação foi possível retomar de forma mais consciente e participativa os objetivos que tínhamos definido para o projeto.

No nosso 11º encontro realizamos uma “walking tour” (anexo 7) pelo bairro onde as crianças fotografaram os problemas que reconheceram no espaço público, com a intenção de apresentarem propostas de soluções para os mesmos, descobrindo-se também como “arquitetas” de possibilidades de intervenção local. Decidiram que a forma de chamar à atenção dos governantes locais para os problemas existentes no Bairro era o envio de uma carta, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Aveiro (anexo 8). Esta carta viria a reforçar o efeito das cartas que tinham sido escritas e enviadas pelas crianças da Escola e que até então não tinham sido respondidas.

Apesar das crianças terem vivido este percurso de trabalho e de consciencialização e de terem conseguido estar mais desinibidas na expressão das suas opiniões e discussão das suas propostas, elas sentiram dificuldades na escolha dos termos com que haveriam de dirigir a carta ao Presidente. Dado que algumas já se encontravam na fase da adolescência, esforçaram-se por procurar um vocabulário formal, para elaborar um texto elaborado que apresenta de forma muito resumida a atividade do projeto, os problemas que encontraram no Parque e no Bairro, apresentando um pedido de atenção para os mesmos.

A elaboração da carta constituiu uma forma de participação do grupo e da sua tomada de responsabilidade em relação ao espaço público, o que levou a uma conversa (anexo 9) mais aberta sobre os direitos das crianças e a sua aplicação prática. Nesta fase os direitos foram pensados a partir da discussão das condições de conquista da autonomia das crianças, também na escola e na família.

Finalmente o grupo foi convidado a avaliar o projeto e a sua satisfação de participação num processo que tinha como objetivo analisar as circunstâncias de encontro e de comunicação entre crianças dos diversos grupos sociais, no espaço urbano, promovendo o reconhecimento das crianças como investigadoras, ou seja

como sujeitos competentes, capazes de fazer perguntas sobre a realidade de que são conhecedores, para procurar novas respostas para os seus problemas e da sua comunidade.

O último encontro foi uma “festa” organizada para a celebração da entrega dos certificados de participação no projeto; esta festa foi um piquenique no Parque, com o que o grupo quis dar sinais de revitalização do Parque como espaço público, ganhando desta forma visibilidade como membros do seu Bairro.

Capítulo 8. Do Bairro falado à escuta das vozes que dele falam

8.1. A Escola a caminho do Município

A Escola de Santiago já percorreu um longo caminho com as crianças no sentido da apropriação do Parque-Jardim do Bairro de Santiago como um bem comum da Cidade.

Além de cooperar com projetos relacionados com a agenda dos Direitos da Criança e especialmente dos direitos de Participação, de alguns grupos de crianças em desvantagem, que habitam o Bairro, muitas destas enquadradas no âmbito iniciativa Cidade Amiga das Crianças, os Professores da Escola assumem uma política ativa de inserção da escola, como escola de qualidade da Cidade e neste sentido, têm cooperado com as crianças no sentido de fazer ouvir a sua voz e aspirações próprias pelos responsáveis autárquicos. Exemplo disto foram as cartas ao Presidente da Camara em 2013 e ao seu sucessor em 2014, bem como a receção e visita guiada ao Parque que fizeram com a Vereadora da Cultura.

Não podíamos por isso deixar de integrar neste processo de (re) conhecimento e compreensão dos fatores que descativaram e que podem revitalizar as possibilidades de encontro e intercambio que dão vida ao Bairro de Santiago, ao seu parque, comércio, serviços e espaço público em geral.

Além de reconhecer e dar conta neste trabalho do percurso já realizado com as crianças da escola, com a necessária cumplicidade dos/as seus/suas Professores/as, realizamos um inquérito às crianças das quatro turmas que correspondem aos quatro anos de escolaridade.

Como referimos no capítulo da metodologia, o inquérito realizado com crianças, embora tenha a vantagem de criar condições para auscultar e ter em conta a opinião das crianças, apresenta como uma das limitações a grande exigência de tempo de preparação, quando se destina a várias idades, mas também na sua aplicação, que deveria implicar a sua combinação com entrevistas individuais ou de grupo, a análise de desenhos ou a criação de grupos de discussão focalizada,

na medida em que as crianças têm diferentes níveis de literacia e de ritmo e autonomia na escrita.

Apesar de reconhecermos estas limitações, que teremos em conta no uso a dos dados recolhidos, estes foram um contributo muito importante para situarmos as crianças residentes no Bairro, como parte da população escolar.

O questionário foi respondido por 67 crianças que frequentavam a escola primária no ano letivo 2014-2015: 7 a frequentar o 1º ano, 24 o 2º ano, 16 o 3º ano e 20 o 4º ano.

Das 67 crianças que preencheram o inquérito 40 crianças não residem no Bairro; 1 residia no Concelho de Ílhavo, 10 em outras freguesias (S. Bernardo, Santa Joana e Esgueira); só 18 pertencem à Freguesia da Glória e Vera Cruz, 11 a Aradas. São 27 as crianças que residem no Bairro de Santiago.

Das Crianças residentes em Santiago (27), 7 responderam simplesmente que viviam no Bairro, não especificando a rua. Outros o fizeram e ficamos a conhecer à distância quem vivia na rua Nova (7), na rua de Espinho (10), na rua de Vagos (1), na rua de Sta. Maria da Feira (1) e na rua de Albergaria-a-velha (1).

Do Bairro de Santiago responderam a este questionário 1 criança a frequentar o 1º ano, 8 o 2º ano, 8 o 3º e 10 o 4º ano como observamos na seguinte tabela:

Tabela 14 - Crianças inquiridas por ano letivo

<i>Turma</i>	<i>Nº de crianças total</i>	<i>Nº de crianças de Santiago</i>
<i>1º ano</i>	7	1
<i>2º ano</i>	24	8
<i>3º ano</i>	16	8
<i>4º ano</i>	20	10

Em relação ao sexo das crianças inquiridas, 35 eram meninas e 32 eram meninos. Das meninas, 3 frequentavam o 1º ano, 14 o 2º ano, 8 o 3º ano e 10 o 4º ano. Das 27 crianças residentes no Bairro que preencheram o questionário, 15 eram meninas.

Tabela 15 - Crianças inquiridas por sexo

	<i>Meninos</i>	<i>Meninas</i>
<i>1º Ano</i>	4	3
<i>2º Ano</i>	10	14
<i>3º Ano</i>	8	8
<i>4º Ano</i>	10	10
<i>Total</i>	32	35
<i>Santiago</i>	12	15

8.1.1. As Crianças da Escola e o acesso ao direito de Brincar

Para compreendermos a perceção dos meninos e meninas da Escola em relação ao Jardim de Santiago, procuramos saber como ocupavam os tempos livres depois da escola.

Tabela 16 - Crianças de Santiago depois das aulas

Frequenta as AECs	Vão para a sua casa ou casa de familiares
21 Crianças	6 Crianças

Tabela 17 - Locais de brincadeira das crianças de Santiago

Brinca no Parque de Santiago	Brinca em casa e na escola
14	13

Constatamos que a maioria das crianças frequenta as AECs (21), sendo que destas algumas frequentam também o ATL as restantes crianças afirmaram que iam para a sua casa ou casas de familiares. Em relação aos locais de brincadeira das crianças consideramos que 14 crianças brincavam no Parque de Santiago ainda que dessas 14 algumas afirmassem que para além desse jardim frequentavam também outros parques da cidade. O número de crianças que considerou a escola e a sua casa como locais onde costumava brincar também foi significativo correspondendo a quase metade das crianças.

Das 27 crianças residentes em Santiago que responderam, apenas 14 disseram que brincavam no parque de Santiago no entanto quando questionadas acerca dos locais que frequentavam depois das aulas, nenhuma mencionou nem o parque do bairro nem outros parques.

Para apreender qual a perceção que as crianças tinham sobre o tempo e locais disponíveis para brincar na Cidade, foi-lhes pedido que respondessem à seguinte questão “achas que o tempo que tens para brincar é...” as respostas das crianças mostraram que o tempo disponível para brincar tanto à semana como ao fim de semana é muito ou pelo menos suficiente como se observa na seguinte tabela:

Tabela 18 - Tempo disponível para brincar

	Semana	Sábado	Domingo
■ NR	1	2	4
■ Pouco	3	2	1
■ Suficiente	10	9	3
■ Muito	13	14	19

Verificamos que durante a semana e ao sábado 23 crianças mencionaram ter muito ou tempo suficiente para brincar, e que o domingo foi o dia em quem mais crianças afirmaram ter muito tempo para brincar 19.

Para saber qual o papel que as outras crianças têm na inserção e autonomia das crianças no recreio e no percurso casa escola, perguntamos as crianças: “com quem brincas?” “com quem vais para a escola?”.

Ficamos a saber que das 27 crianças residentes em Santiago, 19 brincavam com outras crianças nos tempos livres e que 7 delas iam para a escola sozinhas, que 5 iam para a escola com outras crianças embora 3 salvaguardassem que por vezes iam sozinhas. Dado o número tão restrito de respostas a esta pergunta perguntamo-nos também se este será um simples indicador de autonomia destes Meninos e Meninas.

Neste estudo foi deixado ainda em aberto um espaço para as crianças escreverem o que gostariam de ver no Parque de Santiago, as respostas foram variadas e agrupadas pela investigadora em 5 categorias distintas: Infraestruturas, equipamentos e veículos; Atividades de convívio e lazer; natureza e higiene; adjetivos; e preocupações económicas como podemos observar no anexo 11.

8.2. A formação de um Grupo que “fala e diz”

Em relação aos protagonistas que residiam no bairro e que participaram nas sessões de conversas sobre o Jardim do Bairro foi constituído por 5 meninas e 6 meninos com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos que aceitaram o nosso convite. A maior parte das crianças reside na Rua de Espinho (7) e além de vontade tinham maior disponibilidade para participar. A proximidade de residência e idade, com a correspondente autonomia para deslocar-se sozinhas ao polo de leitura, forma fatores determinantes para a regularidade da participação nas sessões desenvolvidas ao longo do tempo.

Tabela 19 - Caracterização do Grupo participante do projeto – Participantes Regulares

Nome:	Sexo:	Idade:	Agregado	Idade	Profissão	Morada	Participação: nº sessões
Je	F.	15*	Pai	40	Desempregado	Rua de Espinho	16
			Mãe	40	Construção		15
Mo	F	13*	Irmão	23	civil		15
Jo	F	7*	Irmão	21	Panificação		
			3 irmãs*	*	Operário fabril		
					Estudantes		
Cr	F	11*	Avó	74	Reformada	Rua de Espinho	15
			Tio	31	Desempregad		
			Mãe		a Emp		
Nu	M	10*	Primo*		comercio	Praceta. de Espinho	3 (período de férias)
			Tio/Pai		Const civil		
			Tia/Mãe		Desempregad		
Is	M	13	Pai		?	Rua de Espinho	4
			Mãe		Desempregada		
An	M	10	Mãe	43	Desempregada	Rua de Espinho	4
			Irmã	19			

Tabela 20 - Caracterização do Grupo participante do projeto – Convidados

Ru	M	10	Pai		Desempregado	Rua Nova	1
			Mãe		Desempregada		
Br	M	11				Rua de Espinho	1
Be	F	15				Rua Sta. M ^a	1

						Feira	
Bc	M	15				Rua Sta. M ^a Feira	1

* Para salvaguarda da privacidade das crianças, essencial à ética na investigação com crianças, os nomes das crianças protagonistas é fictício.

Embora tivéssemos convidado crianças de todas as ruas do Bairro, constatamos que o grupo foi naturalmente delimitado pela zona de residência, o que atribuímos a proximidade do Polo da Biblioteca, as questões de insegurança que afetam a autonomia das crianças no bairro e algumas tensões das relações entre moradores das diversas ruas. Esta circunstância, que era imprevisível no início do projeto, acabou por permitir a organização de um grupo mais pequeno, o que criou um clima de proximidade, o sentimento de pertença e identidade coletiva entre as crianças e a mais tempo para as crianças expressarem os seus pontos de vista.

8.2.1. Parque como espaço de vida e Memória

No terceiro encontro as crianças decidiram realizar entrevistas aos adultos do bairro em relação ao passado e ao presente de Santiago, o que veio ao encontro do nosso objetivo de ver as diferentes perspetivas dos adultos em relação ao bairro.

Para tal no final da sessão anterior as crianças elaboraram as perguntas que gostavam de fazer aos adultos e no começo desta sessão elaboraram cartões de entrevista e saíram à rua para entrevistar moradores adultos do bairro.

As primeiras quatro perguntas dizem respeito ao passado do bairro, as perguntas 5 e 7 são sobre soluções e propostas de mudança e a pergunta número 6 trata-se de uma curiosidade que as crianças queriam saber em relação ao campo de futebol.

Foram entrevistadas 3 pessoas de diferentes faixas etárias escolhidas pelas crianças:

Tabela 21 - Entrevistas aos Moradores de Santiago

Questões	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	OBS
	1 mulher de 53 anos residente na rua espinho	1 homem de 41 anos residente na rua nova	1 mulher de 68 anos residente na rua de espinho.	
1 Como era o parque antigamente?	“era grande, engraçado e bonito”	“era um bocado complicado, haviam de vez em quando zaragatos”	“Era um parque normal onde as crianças brincavam”	opiniões diferentes uma positiva, uma negativa e uma neutra (“normal”
2 Havia casas em Santiago?	“sim”	“Já existia o bairro, este bairro, o outro não. O da chave”	“sim”	concordância já existiam casas no bairro.
3 Como era o meio ambiente?	“era bom e limpo”	“O bairro era sempre limpo. Agora também, é o mesmo, é igual”	“era bom, os varredores varrem. O ambiente era melhor”	diferença primeiro positiva não compara c/ a atualidade, o segundo refere-se à higiene do parque igual tanto no passado como no presente e o terceiro o meio ambiente era melhor no passado Há também discordância de opiniões na quarta pergunta, um dos inquiridos menciona que o relacionamento entre as pessoas era “bom”, outro faz uma comparação com a

POR UM BAIRRO MAIS AMIGO DAS CRIANÇAS: NOVOS PROTAGONISTAS
Margarete Filipa Reis | Universidade de Aveiro

				<p>atualidade considerando que no presente “as pessoas falam melhor” e o ultimo inquirido menciona “não sei...”. Embora as entrevistas tenham sido realizadas pelas crianças,</p>
4 Como era o relacionamento entre as pessoas?	“era bom”	“falavam, hoje falam melhor, antigamente não se conheciam bem”	“Não sei, eu saía de manhã e entrava à noite e não sei porque as pessoas estavam sempre em casa”	apenas um dos inquiridos, o 1 “faz referência às mesmas” alegando que gostaria de ver o parque contruído outra vez.
5 Que mudanças gostava de ver no Bairro de Santiago?	“prédios pintados, bancos pintados e o parque construído outra vez”	“Olha, as que estão. O bairro tá bom. Mais cuidados e equipamentos para idosos, não haver muito tempo. Há muito cão aqui no bairro”	“Os jardins mais bem arranjados, os caixotes para reciclagem”	melhorias em relação aos prédios, bancos, jardins e colocação de ecopontos e equipamentos para a população mais envelhecida.
6 Há quanto tempo o campo de futebol não tem balizas?	“2/3 anos”	“Já está num estado degradado, não cuidam daquilo, nem dos jardins, aquela parte está toda abandonada.	“não tomo conta”	inquirido 1 é o único que faz uma estimativa em relação ao número de anos em que o campo de futebol deixou de ter balizas.

		Sempre esteve		
7 O que gostava de ter no parque?	“baloços, escorregas, brinquedos apropriados e ter os bancos seguros”	“Gostava de ver mais limpinho, já morreram muitas pessoas ali. É triste, a situação é essa. Ninguém liga para isto, as estradas estão cheias de buracos, ninguém liga”	“fizeram a escola e não está arranjado por causa de terem feito a escola. Sim gostava de ter o parque outra vez porque não são as crianças que estragam, são os mais velhos”	Em relação ao parque de Santiago os inquiridos 1 e 3 mostram-se preocupados em relação considerando que devia de voltar a haver um parque apropriado para as crianças. O inquirido número dois fala das questões da higiene e dos buracos da estrada

(24.03.2015) Ver anexo 10: cartões de entrevista feitos pelas crianças

Observamos diferentes opiniões e perspetivas dos moradores entrevistados, verificamos que o residente mais novo entrevistado (homem de 41 anos; da rua nova) tem uma visão mais afastada da realidade do Bairro, notamos claramente isso nas perguntas 3 e 5 onde não repara nas diferenças do passado para a atualidade. Em todas as respostas este homem não apresenta dados concretos sobre o Bairro a não ser na pergunta 7 quando refere “as estradas estão cheias de buracos”. As duas mulheres entrevistadas da Rua de Espinho possuem um maior conhecimento sobre o bairro e de alguns detalhes em concreto, têm noção do passado e do presente do bairro. O facto de residirem há mais anos no bairro e de passarem mais tempo no mesmo leva-nos a crer isso. Depois de ouvirmos as perspetivas dos adultos, quisemos também saber o posicionamento das crianças em relação ao seu conhecimento sobre aquilo que ouviam falar do passado do bairro.

Tendo em conta o objetivo de *Recuperar e registar memórias e expressões de sentimentos de pertença e dos moradores sobre o Jardim, como espaço agradável, seguro e amigo das crianças* foi pedido às crianças que manifestassem

o seu conhecimento em relação às memórias do Jardim de Santiago e à atualidade do mesmo:

Desenho 1 - Memória de um Parque para Crianças que outrora existiu no Bairro



Desenho feito pela Jo com a ajuda da sua irmã Mo

Desenho 2 - Espaço Vazio onde estava o parque para as crianças



Desenho feito pela Jo com ajuda da sua irmã Mo

Os desenhos elaborados pela Jo com a ajuda da irmã levam à memória de um Jardim de Santiago que perdeu a vida quando foi deixado ao abandono e ao desinvestimento público, onde os equipamentos de lazer destinados às crianças desapareceram dando lugar apenas a montes de terra com a relva por cortar.

O desaparecimento dos equipamentos de lazer para as crianças é também evidenciado nos registos da Je e da Mo:

“Existia um parque infantil, para que os jovens pudessem desfrutar um pouco do lugar onde viviam e também para que não tivessem de afastar muito das suas

casas. Esse parque tinha boas condições (...) No restante espaço livre estão bancos para que os pais deles/as conseguissem estar com atenção sem terem que andar de um lado para o outro. Para que os jovens tivessem mais segurança, o parque era vedado. Com o passar do tempo, o parque começou a ser destruído porque não o estimavam. Como alargaram o centro infantil e a escola primária, decidiram por fim ao mesmo. Agora apenas se vê terra e relva, já não se aproveita nada daquilo” (relato da Je 19.03.2015)

“Antes o parque de Santiago tinha um parque para as crianças dos 8 aos 14 anos e outro para os bebés dos 3 aos 6 anos. Aquele parque tinha muitas pessoas, principalmente tinha muitas pessoas do bairro. O parque estava sempre cheio aos fins-de-semana lá no parque todos se davam bem e todos conviviam uns com os outros. Eu antes adorava quando ia para o parque maior que era o das crianças (...) agora destruíram o parque, agora quase ninguém convive, quase ninguém passa por ali porque já não tem aquela animação que tinha dantes. Aquele sítio agora está pobre, já não é aquele sítio que estava cheio de gente” (relato da Mo, 19.03.2015)

Os relatos feitos pelas crianças são baseados nas memórias que os adultos lhes contavam, uma vez que estas eram muito pequeninas quando o parque existia. Nos registos da Je e da Mo observamos a importância do parque de Santiago, enquanto lugar de proximidade com o bairro (“para que os jovens pudessem desfrutar um pouco do lugar onde viviam e também para que não tivessem de afastar muito das suas casas” Je), de encontro e convivência geracional (“... tinha um parque para as crianças dos 8 aos 14 anos e outro para os bebés dos 3 aos 6 anos. Aquele parque tinha muitas pessoas, principalmente tinha muitas pessoas do bairro (...) lá no parque todos se davam bem e todos conviviam uns com os outros” Mo; “No restante espaço livre estão bancos para que os pais” Je). O parque de Santiago era ainda visto como um lugar seguro (“Esse parque tinha boas condições. Para que os jovens tivessem mais segurança, o parque era vedado” Je). Estes registos mostram também um descontentamento em relação à atualidade do parque: (“Agora apenas se vê terra e relva, já não se aproveita nada daquilo” Je; “agora quase ninguém convive, quase ninguém passa por ali porque já não tem aquela animação que tinha dantes. Aquele sítio agora está pobre, já

não é aquele sitio que estava cheio de gente” Mo).

Nesta fotografia podemos observar o parque que havia para as crianças no Jardim de Santiago:

Figura 5 - Parque das crianças no Jardim de Santiago



Legenda: fotografia fornecida por uma das mais antigas moradoras do Bairro (residente na rua de Sta. M^a da Feira nos primeiros edifícios a serem construídos)

Tanto crianças como adultos possuem uma memória da existência de um parque para as crianças no Jardim de Santiago tal como nos é reportado na fotografia. Nos relatos das crianças e dos adultos há uma memória da utilização dos espaços de lazer e da vida que outrora existiu num jardim que hoje se encontra sem equipamentos para as crianças e sem bancos com segurança para os adultos se sentarem. Ambos os moradores crianças e adultos manifestam o desejo de revitalização dos espaços públicos.

8.3. Do (des) conhecimento dos direitos de participação ao conhecimento dos mesmos na sua aplicação na prática

Para responder ao objetivo de *Discutir com as crianças os direitos da Criança consagrados na CDC, e visados pela iniciativa Cidade Amiga das Crianças, a partir da sua experiencia como alunos e como habitantes e/ou “vizinhos” do Bairro* foi questionado às crianças se estavam informadas acerca dos seus direitos:

Je: “não. Dizem sempre que temos direitos, mas também temos deveres e basicamente mais nada”

Mo *“e as regras e mais nada”*

Jo: *“não, não sei os direitos”* (relatos do dia 28.05.2015)

Também foi questionado às crianças se já tinham visto a Convenção dos Direitos da Criança e as respostas foram as seguintes:

Je: *“não, nunca vi”*

Je: *“não sei, no meu tempo nunca disseram nada”*

Cl: *“acho que aprendi isto no primeiro ano de escolaridade que tinha lá”*

Mo: *“basicamente nós temos direitos, mas também temos os deveres a cumprir e é isso que temos sempre a mesma coisa”*
(relatos do dia 28.05.2015)

Apesar de Aveiro ser uma Cidade Amiga das Crianças verificou-se que as crianças não estavam informadas acerca dos seus direitos. Desta forma a participação das crianças neste projeto foi muito importante, não só para tomarem consciência dos seus direitos de participação como também para usufruírem desses direitos no sentido de manifestar as suas ideias e opiniões em relação ao seu Bairro.

Este trabalho tem uma meta a longo prazo de revitalizar o Bairro e mais especificamente o Parque de Santiago de forma a transformar o que ainda é imaginado como um “espaço urbano periférico e socialmente problemático”, num espaço da Cidade a fruir e animar pelos residentes, vizinhança e visitantes do Bairro. Desta forma não poderíamos deixar de lado os contributos das crianças moradoras em relação ao seu bairro e aquilo que gostariam de ver melhorado no futuro. Para tal realizou-se uma *walking tour* pelo Bairro onde as crianças tiveram a oportunidade de fotografar e falar acerca das mudanças que gostavam de ver. Os meninos e meninas detetaram várias lacunas e apresentaram soluções para as resolver que posteriormente foram agrupadas em 7 categorias pela investigadora de forma a facilitar o tratamento dos dados: ausência de espaços de lazer e falta de condições dos existentes; falta de espaços para os animais; falta

de investimento na decoração de Santiago; falta de manutenção dos espaços verdes, da poda das árvores e dificuldades na iluminação pública; acessos perigosos; falta de preocupação em relação aos sem-abrigo; e falta de higienização do espaço.

Ainda com o objetivo de *Discutir com as crianças os direitos da Criança consagrados na CDC, e visados pela iniciativa Cidade Amiga das Crianças* as crianças elaboraram uma carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Aveiro onde apresentam os seus pontos de vista em relação ao bairro. Esta não foi a primeira vez que as crianças reclamaram os seus direitos de participação junto dos governantes locais, no âmbito de outros projetos de mestrado foram também elaboradas cartas dirigidas ao Presidente da Câmara em 2013 e ao seu sucessor em 2014, bem como a receção e visita guiada ao Parque que fizeram com a Vereadora da Cultura. Tendo em conta que esta carta foi elaborada por algumas crianças na idade da adolescência o texto desta carta em relação às enviadas nos anos anteriores é um pouco mais elaborado devido aos níveis de literacia das mesmas.

É fundamental que as crianças participem nos projetos da sua cidade. A participação das crianças, dos jovens e dos adolescentes é importante porque é uma forma de recuperarmos a educação. Há mais sentido quando as crianças pequenas podem colaborar com os arquitetos, uma vez que estas são mais criativas e capazes de propor soluções mais inovadoras. Uma verdadeira educação para a cidadania é aquela em que as crianças são os autores da sua própria cidade (Tonucci, 2008).

8.4. Crianças como participantes na avaliação do processo de investigação

Numa investigação-ação-participativa a participação das crianças na avaliação do processo de investigação é fundamental. Como tal na penúltima sessão com as crianças foi pedido que estas respondessem a três questões de balanço final do projeto:

- Que sentimentos tiveram em relação ao projeto?

Je – “*divertimento*”

Nu – “*alegria*”

Mo – “*orgulho*”

Jo – “*gostei muito*”

Cl – “*interessante*”

- O que menos gostaram?

Je – “*a confusão que houve quando não tivemos tempo para passearmos mais pelo parque*”

Nu – “*ver a Cl a amuar e do cão*”

Mo – “*o que menos gostei foi de recortar letras*”

Jo – “*falar com a professora da Margarete*”

Cl – “*eu só ter ido uma vez ao Bairro de Santiago tirar fotos*”

- O que não vão esquecer?

Je – “*a interação do grupo*”

Nu – “*as coisas que fizemos*”

Mo – “*das piadas da Margarete*”

Jo – “*de nos rirmos*”

Cl – “*o que nós passamos, da dona Margarete*”

Observamos que de uma maneira geral as crianças gostaram de participar no projeto e no último encontro a investigadora entregou os certificados de participação às crianças e organizou um piquenique surpresa para as mesmas como compensação final de terem colaborado no projeto com tanta dedicação e empenho. A entrega dos diplomas e o piquenique aconteceram nas mesas de pedra junto à rua de espinho. Foi um importante momento de reconhecimento e convívio que revitalizou um espaço vazio do bairro.

Conclusões

As crianças foram os protagonistas deste trabalho intitulado “Por um bairro mais amigo das crianças – Novos protagonistas”, neste projeto aliamos a teoria e a prática numa reflexão sobre os direitos de participação das crianças na sua cidade e no seu bairro.

Chegando ao “fim” deste trabalho torna-se essencial reportar que as cidades estão mais adaptadas aos automóveis do que às pessoas e que os itinerários realizados tanto pelas crianças como pelos adultos são feitos em veículos automóveis particulares ou transportes públicos, desta forma a circulação pedonal autónoma pela cidade ficou cada vez mais escassa devido à ausência de espaços onde se possa circular a pé com segurança. A autonomia das crianças tornou-se mais limitada uma vez que as crianças estão sempre sob a vigilância dos adultos, não podendo sair livremente de casa para estabelecer relações de amizade com outras crianças. Para além da perigosidade vivida nas cidades as habitações hoje em dia não só saciam as condições básicas de vida como também encorparam dentro de si vários pontos de interesse que permitem com que as crianças comuniquem entre si sem sair de casa por exemplo através da internet. Torna-se também importante referir que os espaços frequentados pelas crianças são muito limitados à sua zona residencial, à escola, ao parque mais próximo e ao local comercial frequentado pela família. É necessário que as crianças conheçam a sua cidade para que possam participar nas decisões e projetos urbanísticas da mesma.

Ao fazer uma incursão pelos marcos históricos que caracterizam os movimentos emancipatórios das crianças, a implantação dos Direitos das Crianças e a sua aplicação na prática encontramos alguns contributos como a pedagogia de Ellen Key e de Janusz Korczack que lutaram pela igualdade de direitos entre crianças e adultos centrando os seus trabalhos nas necessidades das crianças. Os anos 70 do século passado constituíram um importante período histórico na luta pelos direitos das crianças e das mulheres. Nesta década aconteceu um movimento designado Children’s Liberation Movement onde as crianças se puderam manifestar, no entanto foram categorizadas como a última minoria a quem deviam de ser atribuídos igualdade de direitos. Outro marco importante foi a Convenção

sobre os Direitos da Criança criada em 1989 com a finalidade de esclarecer e mostrar que as crianças têm direitos e que podem fazer uso dos mesmos. Apesar dos direitos das crianças já serem reclamados há vários anos poucos progressos aconteceram no que diz respeito aos direitos de participação, as vozes das crianças continuam a ser muitas vezes silenciadas pelos adultos que descredibilizam as suas opiniões. No entanto, tal como os adultos, as crianças fazem parte da sociedade e como tal é preciso criar condições para que a sua participação efetivamente aconteça para que os seus direitos civis, sociais, económicos, políticos e culturais sejam colocados em prática. Algumas formas que ajudam a colocar os direitos em prática conseguem-se através de algumas iniciativas tais como: “Ciudades del niño”, “Cidades Educadoras” e “Cidades amigas das crianças” tal como Aveiro é considerado.

Neste trabalho recorreremos ao uso da metodologia de investigação-ação participativa, uma metodologia que para se colocar em prática necessita de ter delineado um problema, metas e objetivos a alcançar. Desta forma tentamos seguir esta linha condutora focalizando sempre o trabalho na investigação com crianças. Compreendemos que as diferenças entre as crianças e os adultos não podem constituir um obstáculo para que a voz das crianças seja ouvida, no entanto tivemos em atenção que as crianças e os adolescentes tendem a responder às perguntas dos adultos mesmo que não saibam as respostas, daí ser tão importante que o investigador adeque a linguagem e fale com as crianças sobre assuntos que elas conheçam. Para fazer uma investigação é preciso que as crianças considerem o investigador como parte do grupo como se fosse um colega. A participação das crianças tornou-se imprescindível uma vez que estas possuem ideias e opiniões diferentes dos adultos. A cidade de Aveiro assumiu-se em 2007 como uma Cidade Amigas das Crianças e desde então comprometeu-se a assegurar os direitos de participação das crianças. Embora a cidade tenha vários equipamentos e infraestruturas que assegurem o cumprimento de alguns direitos como à educação e à proteção houve a necessidade de envolver as crianças no cumprimento dos outros direitos também.

O Bairro de Santiago continua a ser associado a uma das piores zonas residenciais de Aveiro, no entanto é das zonas residenciais de Aveiro com mais espaços verdes, uma exceção em relação aos outros bairros sociais do país. O desinvestimento público no bairro contribuiu para que as pessoas não pudessem usufruir dos seus jardins e espaços de lazer. O estigma associado ao Bairro é visível quando se observa por exemplo o mapa pedonal da cidade onde os espaços de lazer de Santiago estão completamente ignorados. Mas apesar disso, Santiago é um espaço com vida que conta com vários estabelecimentos comerciais e serviços que revitalizam o Bairro não só dos moradores em geral, como também das crianças ao oferecer uma escola, um jardim-de-infância e um polo de leitura com boas condições e instalações.

A escola de Santiago já cooperou em alguns projetos e atividades que tinham o foco de revitalizar o Bairro e permitir que as crianças fizessem uso dos seus direitos de participação. O contributo das crianças da escola permitiu-nos compreender que as suas vidas se desenrolam em torno da escola e muitas vezes em atividades extracurriculares, restando assim pouco tempo para usufruírem dos parques públicos como o de Santiago. No entanto as crianças consideram ter muito ou pelo menos tempo suficiente para brincar todos os dias da semana. Apercebemo-nos também que algumas crianças, sobretudo as de Santiago relevam um pequeno grau de autonomia ao afirmarem que vão para a escola com outras crianças ou sozinhas.

Num trabalho realizado pelas crianças e em prol delas não podíamos deixar de destacar as suas vozes enquanto investigadoras e informantes privilegiadas de uma realidade bem conhecida por elas. Verificamos que no grupo de crianças “que fala e que diz” havia um desconhecimento em relação aos seus direitos de participação e quisemos-lhes mostrar que as suas vozes eram importantes e que elas tinham o direito de participar nos assuntos da sociedade que as afetem como é o caso do desinvestimento publico no Parque de Santiago. Verificou-se que as crianças tinham propostas e sugestões para transformar o seu bairro num lugar mais bonito, aliciante, divertido e seguro para todos. Este grupo de crianças não só se preocupou com as suas vozes como também quiseram questionar as

vozes de outros moradores adultos, envolvendo em certa parte diferentes faixas etárias da população.

Em resposta às perguntas de partida iniciais, conseguimos envolver as crianças, os moradores e os técnicos dos serviços na produção do conhecimento de forma a averiguar as possibilidades de intervenção e realização deste projeto. Diante das atitudes de passividade em relação ao Bairro, todos foram convidados a intervir e a dar o seu contributo, foi mostrado às crianças que os seus contributos eram válidos e que tinham todo o direito de participar. A escola enquanto lugar de socialização entre crianças de dentro e fora do Bairro poderia ter um papel ainda mais ativo no que toca à abordagem dos direitos de participação e à dinamização de atividades em parceria com os demais serviços do Bairro, desta forma as crianças teriam mais visibilidade e as suas vozes não seriam facilmente ofuscadas pelos adultos. As questões do espaço público e da mobilidade urbana seriam uma excelente oportunidade de participação das crianças numa cidade que assinou o protocolo de Cidade Amiga das Crianças uma vez que essas questões dariam visibilidade às crianças em prol de um espaço urbano melhor para todos.

Este projeto constituiu uma experiência enriquecedora para todos, não só para o percurso académico da investigadora como também para as crianças que tiveram a oportunidade de fazer uso dos seus direitos de participação ao darem os seus contributos para esta investigação. Esta aquisição de conhecimentos e partilha de experiências levou-nos a uma reflexão acerca do que nós, adultos, podemos aprender se efetivamente valorizarmos os conhecimentos e os pontos de vista das crianças na construção de projetos de investigação-ação participativa.

Referências Bibliográficas

- Alderson, P. (2005), Crianças como investigadoras – Os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação. In: Christensen, Pia & James, Alison. *Investigação com crianças perspectivas e práticas*.
- Alston, P. & Tobin, J. (2005), *Laying the Foundations for Children's Rights*. UNICEF.
- Blass, I. P. (2008). Educar en la movilidad del Ayuntamiento de San Sebastian (Donosti). In: Cura, Pedro; Gaitán, Lourdes; Leal, Jesús; Luengo, Gema; Manueti, Dario; Mena, M^a Sol; Prieto, Isabel; Roch, Fernando; Tiana, Alejandro & Tonucci, Francesco. *VI Encuentro la ciudad de los niños – la infancia y la ciudad: una relación difícil*. Madrid: Acción Educativa
- Caetano, A. (2009). *As relações de vizinhança nas redes de suporte social dos residentes no bairro de santiago em aveiro*. Coimbra: Instituto Miguel Torga
- Caride, J. (2013), *A investigación-acción un modo de coñecer e transformar as prácticas educativas*. Universidade de Santiago de Compostela: Santiago de Compostela
- Cassab, M. A. (2001). *Jovens pobres e a cidade: a construção da subjetividade na desigualdade*. In: Crianças e Jovens na construção da cultura, (2001), Rio de Janeiro: Nau Editora
- Colin, B. (2009). *El “Derecho a la Ciudad” : modos de fomentar ciudades inclusivas en el ámbito internacional*. In *Monográfico Ciudad, Urbanismo y Educación* (2009): Asociación Internacional de Ciudades Educadoras
- Coutinho, C. (2009), *Investigação ação: metodologia preferencial nas práticas educativas*. Minho: Universidade do Minho
- Fernandes, N. & Tomás, C. (2011). *Questões conceptuais, metodológicas e éticas na investigação com crianças em Portugal*. RN04 Sociology of Children and Childhood
- Gaitán, L. (2008). *Cambio sen la Infancia durante las últimas décadas*. In: Del Cura, P., Gaitán, L., Leal, J., Luengo, G., Manueti, D., Mena, M. S., Prieto, I., Roch, F., Tiana, A. & Tonucci, F., *VI Encuentro la ciudad de los niños – la infancia y la ciudad: una relación difícil*. Madrid: Acción Educativa

- Gaitán, L. & Liebel, M. (2011). *Ciudadanía y derechos de participación de los niños*. Editorial Sintesis
- Graue, M. & Walsh (2003). *Investigação etnográfica com crianças: teorias métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Haguette, t. (2003). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petropolis: Editora Vozes
- Kemmis, S. & McTaggart, R. (2005). *Participatory action research: communicative action and the public sphere*. In Denzin, N. & Lincoln, Y. *The Sage handbook of qualitative research*. Thousand Oaks California: Sage
- Madeira, R. L. A. L. C. (2013). As crianças como participantes na reconstrução de contextos e processos de intervenção na família e na comunidade. In Sarmiento, T. (Org.). *Infância, Família e Comunidade - As crianças como atores sociais*. Porto: Porto Editora.
- Madeira, R. L. A. L. C. (2011). *A cidade pensada para as crianças*. Câmara Municipal de Águeda – Portugal.
- Maldonado, J. L. (2008). *Ciudadanos invisibles: los niños en la escena urbana*. In: Cura, Pedro; Gaitán, Lourdes; Leal, Jesús; Luengo, Gema; Manueti, Dario; Mena, M^a Sol; Prieto, Isabel; Roch, Fernando; Tiana, Alejandro & Tonucci, Francesco. *VI Encuentro la ciudad de los niños – la infancia y la ciudad: una relación difícil*. Madrid: Acción Educativa
- Mayall, B. (2005), *Conversas com crianças – trabalhando com problemas geracionais*. In: Christensen, Pia & James, Alison. *Investigação com crianças perspectivas e práticas*.
- McIntyre, A. (2008). *Participatory Action Research*. London: Sage
- Monteiro, A. (1998), *Investigação-ação: uma postura inovadora perante o conhecimento e a intervenção sociais*. Universidade da Beira Interior: Beira Interior
- O'kane, C. (2005). O desenvolvimento de técnicas participativas. In: Christensen, Pia & James, Alison. *Investigação com crianças perspectivas e práticas*. Porto: Edições ESEPF
- Pais, J. (2009). *Um dia sou turista da minha própria cidade*. Cidades – Comunidades e Territórios, 18 pp. 29-40

- Peres, N. & Lopes, M. (2006). *Animação, Cidadania e Participação*. Chaves: Edições Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia
- Pinho, V. (2006). *Acompanhar e Avaliar o impacto da formação “vivências e boas práticas domésticas” junto dos destinatários*. Aveiro: CMA
- Pretty, J., Guijt, I., Thompson, J. & Scoones, I. (1995). *A Trainer's Guide for Participatory Learning and Action*. London: IIE
- Reason, P. & Bradbury, H. (2001). *Introduction: inquiry and Participation in Search of a World Worthy of Human Aspiration*. In: P. Hilary Bradbury, *handbook of action research participative inquiry & practice*. London: Sage
- Revilla, F. (2004). *Ciudad, movilidad y ciudadanía*. In *Reflexiones sobre educación ambiental II*. pp.193-232: Organismo Autónomo Parques Nacionales Ministerio de Medio Ambiente
- Sarmiento, M. & Pinto, M. (2013). *As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo*. In *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho
- Scott, J. (2005), *Crianças enquanto inquiridas – O desafio dos métodos quantitativos*. In: Christensen, Pia & James, Alison. *Investigação com crianças perspectivas e práticas*. Porto: Edições ESEPF
- Silva, A. Barros, C. Nogueira, M. & Barros, A. (2007). Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico estudos em psicologia*, 1(1), 25-35.
- Tomás, C. (2007). *Há muitos mundos no mundo... Direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais das crianças – diálogos entre crianças de Portugal e do Brasil*. Braga: Instituto de Estudos da Criança Universidade do Minho
- Tonucci, F. (2008). *Persectivas del proyecto: La ciudad de los niños*. In: Cura, Pedro; Gaitán, Lourdes; Leal, Jesús; Luengo, Gema; Manueti, Dario; Mena, M^a Sol; Prieto, Isabel; Roch, Fernando; Tiana, Alejandro & Tonucci, Francesco. *VI Encuentro la ciudad de los niños – la infancia y la ciudad: una relación difícil*. Madrid: Acción Educativa

Tonucci, F. (2009). *Ciudades a escala humana: la ciudad de los niños*. *Revista de Educación, número extraordinario*, pp. 147-168

Tonucci, F. (2009). *El niño en la ciudad*. Buenos Aires: Editorial Losada S. A.

Tonucci, F. (2009). *La soledad del niño*. Buenos Aires: Editorial Losada S. A.

Documentos e sites

Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (2009). *Monográfico Ciudad, Urbanismo y Educación*

Câmara Municipal de Aveiro, disponível em <http://www.cm-aveiro.pt/>

Diagnóstico Social Concelho de Aveiro Outubro 2014, Câmara Municipal de Aveiro

Informativo 1987-1993 da Câmara Municipal de Aveiro, disponível para consulta nos arquivos da Biblioteca Municipal de Aveiro

INE - Instituto Nacional de Estatística , disponível em <http://www.ine.pt>

IPSS “Florinhas do Vouga”, disponível em <http://www.florinhasdovouga.pt/>

Mapa pedonal de Aveiro Disponível em <http://www.abepro.org.br/icieom2015/arquivos/Mapa-de-Aveiro.pdf>

PORDATA, disponível em www.pordata.pt

Projeto FORA (falta de ordem nas ruas de Aveiro), disponível em http://www.cm-aveiro.pt/www/Templates/TONewDetail.aspx?id_object=40777&&indexnew=1

UNICEF (1990). Convenção sobre os direitos da criança (Adaptação portuguesa), Nações Unidas, disponível em https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.

UNICEF (2015). *Situação mundial da infância 2015: resumo executivo – “Reimagine o futuro inovação para cada criança”*. Disponível em http://www.unicef.pt/situacao-mundial-infancia-2015/files/SOWC2015_ExecSummary_Portuguese_BR_web.pdf

UNICEF (2012). *Situação mundial da infância crianças em um mundo urbano*.
Disponível em https://www.unicef.pt/18/Relatorio_SituacaoInfancia2012.pdf

United Nations (2014). *World urbanization prospects: the 2014 revision*.
Disponível em <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>

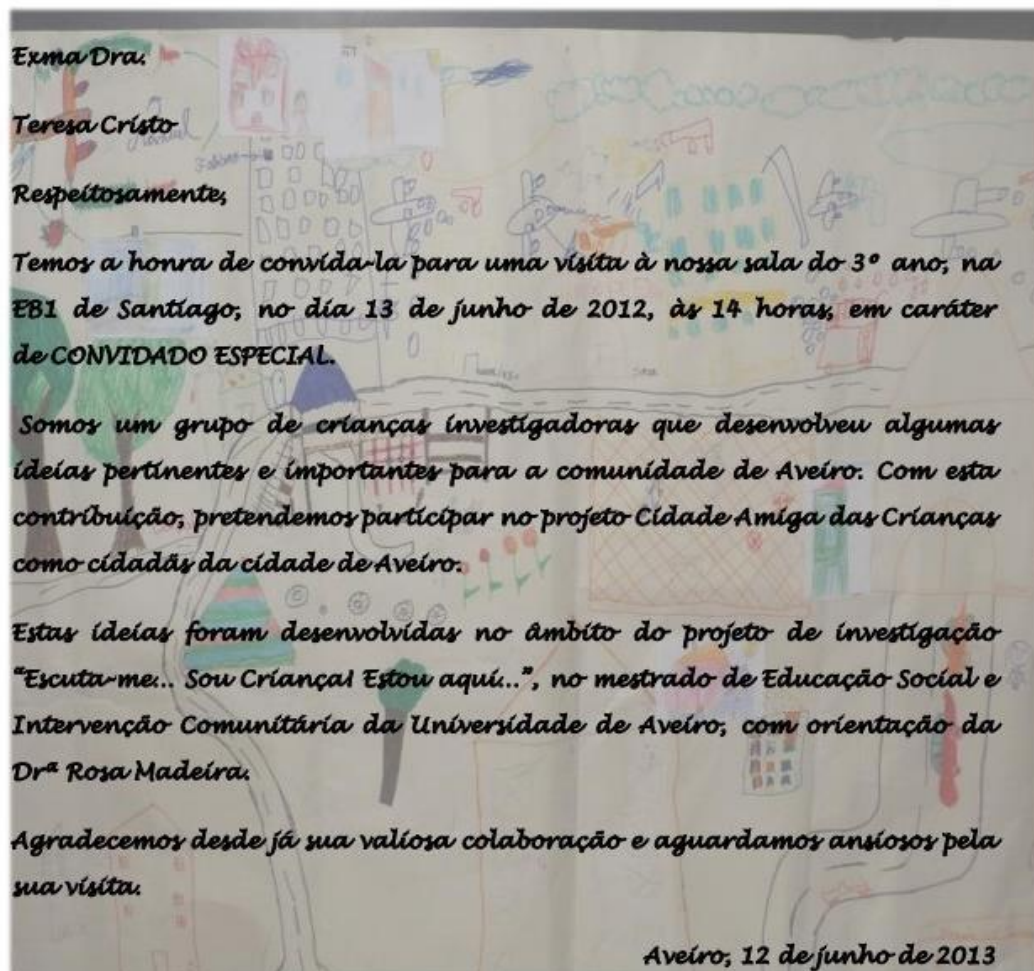
Dissertações consultadas:

Guerreiro, A. P. (2013). *Escuta-me... sou criança! estou aqui!*. (projeto de mestrado), Universidade de Aveiro, Aveiro.

Julião, L. I. (2010). *Construindo a ação cidadã das crianças em contexto institucional*. (projeto de mestrado), Universidade de Aveiro, Aveiro.

Anexos

Anexo 1 “Carta ao Presidente da Camara que foi escrita pela equipa da Escola com as crianças”



Anexo 2: “Cartaz da Atividade: “Libertar o Parque, devolvê-lo à comunidade”

universidade de aveiro  de departamento de educação

LIBERTAR O PARQUE, devolvê-lo à comunidade



Programa: Caça ao Tesouro
12 de Junho de 2014, das 14h às 16h, Bairro de Santiago

Objetivos da atividade:

- Reconhecer o parque do bairro de Santiago como um espaço da comunidade de socialização e integração social;
- Promover as relações interpessoais entre as crianças e os restantes residentes do bairro;
- Conhecer as histórias e as memórias das pessoas e dos espaços existentes no bairro;
- Incentivar a participação cidadã das crianças;
- Empoderar as crianças como agentes de inclusão em prol da valorização/dignificação do espaço público do bairro.

Contamos com a vossa colaboração!



Mestrado de Ciências da Educação — ramo Educação Social e Intervenção Comunitária

Anexo 3: “Convite para a atividade: E o parque aqui tão perto”

E O PARQUE AQUI TÃO PERTO

CONVIDAM-SE

Os meninos, as meninas, os jovens, os pais, os avós, os amigos e os vizinhos

A virem ao parque no dia 17 de dezembro.

14h – passear, brincar e divertir-se | brincadeiras e jogos construídos por alunos da licenciatura em educação básica da universidade de Aveiro.

15h – ver, pensar e partilhar | maquetas construídas a pensar em situações lúdicas para o parque

- O Parque, o que é?
- O que o Parque poderia ser?
- O que queremos que o Parque seja?

CIVITAS AVEIRO | CITUA

Anexo 4: “Formalização na participação do projeto”

Declaração



A *Margarete Filipa Reis* está a fazer um trabalho de investigação sobre os direitos de participação das crianças e a utilização dos espaços públicos, para a Universidade de Aveiro.

Eu *X* quero participar neste trabalho de investigação.

Assinatura:

Anexo 5: “Atividade: Eu, a minha família, os locais que frequento, os meus sonhos e os meus pesadelos”

Local:	Polo de Leitura de Santiago
Data/ hora:	Quinta-feira, 23 Abril de 2015 / 17h
Crianças:	Jo. Je. Cl. (3 crianças)
Objetivos:	Reforçar a identidade social coletiva, como grupo de investigadores-participantes de um projeto elaborado passo a passo, com respeito ao seu ritmo e interesses pela realidade da comunidade a que pertenciam.

Esta quinta sessão teve lugar Polo de Leitura de Santiago e estiveram presentes a Jo, a Cl e a Je,

Nesta sessão foi pedido às crianças que desenhassem 5 desenhos: “Eu”, “A minha família”, “O meu sonho”, “o meu medo” e “locais que frequento”. Após os todos os elementos do grupo terem concretizado os desenhos, a Cl assumiu o papel de entrevistadora das colegas.

Cl: “Olá como é que se chama?”

Je: “Je”

Cl: “Qual é o seu sonho?”

Je: “ser fisioterapeuta e ter uma casa só minha”

Cl: “Uma casa com piscina, sem piscina?”

Je: “com tudo com que tenho direito, tem de ter jacuzzi, piscina, um campo, essas cenas”

Cl: “Um campo de futebol ou de basquetebol?”

Je: “de basquetebol ”

Cl: “Onde a maior parte das vezes andas a passear?”

Je: “no fórum, praça do peixe, nuns cafés tipo fanepão, aveirense”

Cl: “Onde é que são esses cafés?”

Je: “aqui em Aveiro”

Cl: “Qual é o pesadelo? Qual é o teu pesadelo?”

Je: “é encontrar o meu pai biológico”

Cl: “Não encontrar?”

Je: “encontrar é um pesadelo”

Cl: “quem é que tu moras maior parte das vezes?”

Je: “Com a minha mãe, com o meu pai, com os meus irmãos”

Cl: “O que é que tens a falar sobre a tua família?”

Je: “Então, o meu pai é construção civil, e a minha mãe é desempregada, o meu irmão é padeiro, e o outro meu irmão trabalha numa fábrica”

Cl: “gostas muito da tua família ou nem por isso?”

Je: “Claro que sim”

Cl: “mas podia haver partes da tua família que tu odiares, não gostares muito, serem ignorantes contigo, família e família tem de estar junta para o que der e vier”

Je: “Claro”

Em seguida inverteram-se os papéis e a Je entrevistou a Cl para falar sobre os seus desenhos:

Je: “Então Cl qual é a tua profissão?” “Quais são os teus sonhos?”

Cl: “As duas ou é ser secretária numa empresa melhor que todas cá em Portugal ou estilista de desfiles”

Je: “Quais são os teus pesadelos?”

Cl: “cair num rio e morrer ou ir para o inferno”

Je: “Com quem vives e as profissões?”

Cl: “Então vivo com a minha irmã que trabalha no pingo doce, e com o meu pai que é construtor de palcos, o meu cunhado que é construtor civil, a minha mãe é desempregada, o meu irmão desempregado, eu ando na escola, a minha avó é desempregada”

Je: “ahhh quais os locais que costumas frequentar?”

Cl: “escola, casa, cafés, fórum, biblioteca, IPJ”

Investigadora: “Quem és tu Cl, fala-me de ti?”

Cl: “eu, a melhor, a mais linda do país, cabelo castanho, olhos castanhos, o meu cabelo tem madeixas loiras, a cor preferida é cor-de-laranja, o meu nariz é abatutudo, ahhh a cor que eu odeio é vermelho, o clube é o Porto, o melhor de todos, as minhas roupas preferidas, o que eu gosto mais de usar é vestidos, gosto muito de sapatos altos, adoro andar de sapatos altos”

Cl: “E tu Je como é que tu és? Olhos que cor são os olhos?” Je:

“castanhos”

Cl: “o nariz é arrebitado ou nem por isso? mais ou menos como é que é o teu nariz?”

Je: “é assim, é assim e assim, nem muito arrebitado nem ...”

Cl: “e cabelo sabes?”

Je: “Cabelo castanho”

Cl: “com?”

Je: “com madeixas loiras”

Cl: "quantas?"

Je: "não sei, muitas"

Cl: "continuando, as tuas sobrancelhas são de que cor?"

Je: "castanhas"

Cl: "os teus olhos?"

Je: "já disse, castanhos"

Cl: "pestanas"

Je: "ahhhh"

Cl: "diz-me mais ou menos a tua cor? Mais branca ou mais castanha?"

Je: "mais morena"

Cl: "qual é a tua cor preferida?"

Je: "azul e preto"

Cl: "porquê que é preto?"

Je: "porque é uma cor que eu uso muito"

Cl: "porquê que é azul? Porque é a cor da moda. Qual é o teu clube?"

Je: "ahh sporting"

Cl: "se eu não fosse do Porto era do Sporting, como é óbvio. Obrigado a nossa entrevista foi linda"

Cl: "Jo que faz covinhas nas bochechinhas ahhh qual é o teu pesadelo? Do quê que tu tens medo?"

Jo: "do escuro"

Cl: "Tens medo do escuro que te apareçam fantasmas, é?"

Jo: (abana a cabeça como um sim)

Cl: "ah ela diz que sim. Qual é a tua melhor amiga?"

Jo: (não se compreende o nome na gravação)

Cl: "e o melhor amigo?"

Jo: "o Ruben"

Cl: "Onde é que tu andas a maior parte das vezes?"

Jo: "não sei"

Cl: "na escola, não? No parque?"

Jo: "sim"

Cl: "qual parque?"

Jo: "skate parque"

Cl: "Que tem no skate parque?"

Jo: "não sei"

Cl: "ahh que cor é o teu cabelo?"

Jo: "castanho"

Cl: "é loira. Que cor são os teus olhos?"

Jo: "castanhos"



Legenda: Desenhos feitos pelas crianças na atividade: “Eu”, “A minha família”, “O meu sonho”, “o meu medo” e “locais que frequento”.

Anexo 6: “Elaboração da maquete do Polo de Leitura”



Legenda: Grupo a elaborar a maquete do Polo de Leitura

Anexo 7: “Os problemas e as propostas que as crianças encontraram no Bairro de Santiago”

1 Ausência de espaços de lazer; falta de condições dos existentes



Foto: Ru

Proposta do Ru: “eu acho que o campo devia ter redes para a bola não ir sempre para fora”

Proposta da Jo: “eu queria redes, só isso”



Foto: Nu

Proposta do Nu: “eu queria que pusessem aqui óleo porque está a guinchar”



Foto: Ru

Propostas do Ru: “Um escorrega para divertirem, além um parquezinho para brincar”



Foto: Ru

Propostas do Ru: “ali podia haver duas casas da árvore e também além à frente podia haver uns, como tem aí um pneu, por exemplo tipo um baloiço com o pneu;

Um bar ou uma loja; Aqui podia haver uma areia ou uma relva para amparar a queda, para que se caírem não aleijarem muito”



Foto: Mo

Proposta do Nu: “abrir ali um ginásio daquele lado da rua” (rua de Espinho)



Foto: Je

Proposta da Je: “Eu acho que este lugar está muito degradado. Já não tem passeio, está tudo à base de areia, ninguém quase que consegue se sentar num banco mesmo uma pessoa que queira conviver com outra já nem se sentam ali

por causa do estado de degradação. Acho que deveriam rapidamente consertar este local até para o bem-estar das crianças que por ali passam”

2 Falta de preocupação em relação aos animais



Foto: Ru

Proposta do Nu: “podemos fazer aqui uma casa para animais e uma casota”

Proposta do Ru: “e depois ali, podemos por aqui uma casa de pássaros. Pós passarinhos”

3 Falta de investimento na decoração de Santiago



Foto: Ru

Proposta do Ru: “podiam por alguma imagem ali naquela coisa, não tem nada; Aqui podia estar escrito BDS e em baixo Bairro de Santiago é o que significa”

Proposta da Mo: “Pôr-se um sítio para grafitis”

Proposta da Cl: “grafitis é muito engraçado; Há ali uma parede com uma gaja nua e isso, podia estar bonito com a esponja Bob e isso como no skate parque” (referindo-se a uma parede na rua de Espinho)

4 Falta de manutenção dos espaços verdes, da poda das árvores e dificuldades na iluminação pública

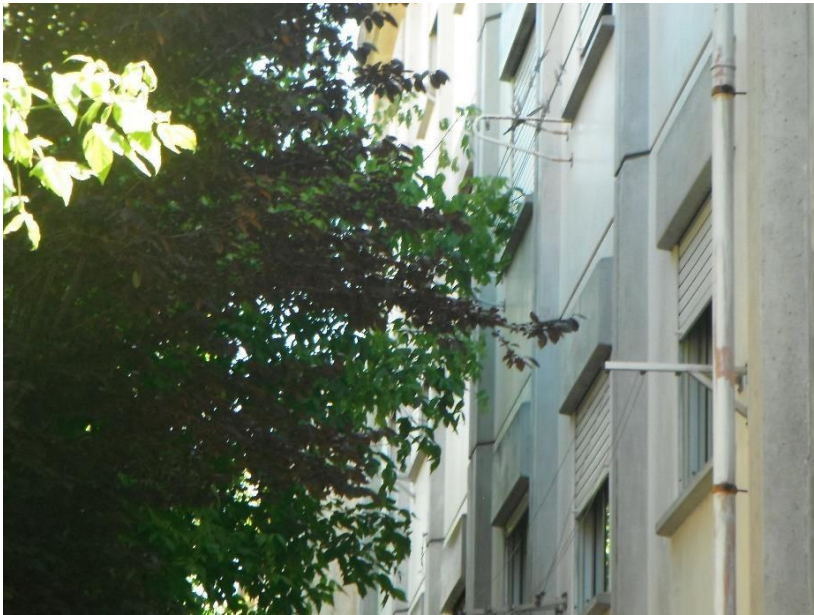


Foto: Cl

Problema encontrado pela Mo: “Ali já estão cortadas e vê-se a luz de noite, e ali as arvores não estão cortadas e não se vê a luz de noite”

Problema encontrado pelo Nu: “Aqui as arvores estão cortadinhas, e ali ao fundo até à rua de Oliveira de Azeméis já não estão”

Proposta da Cl: “ali podiam cortar as arvores estão a entrar pela janela e tudo”

5 Acessos perigosos



Foto: Ru

Proposta do Nu: “por aqui uma grade igual a esta” (falta uma grade nas torres)



Foto: CI

Proposta do Nu: “devia ter um portão aqui para entrar”

Proposta da CI: “convém não há nenhum portão e têm que passar por cima do muro”



Foto: Nu

Proposta do Nu: “aqui podiam por isto a funcionar”

6 Falta de preocupação em relação aos sem-abrigo



Foto: CI

Proposta do Nu: “os da Câmara podiam dar aos sem-abrigo uma casinha”

7 Falta de higienização do espaço



Foto: CI

Proposta do Nu: “tirar o lixo daqui”

Anexo 8: “Carta dirigida ao presidente da Câmara escrita pelas crianças residentes em Santiago”

Exmo. Sr. Presidente Ribau Esteves

Estamos a trabalhar num projeto designado “Por um bairro mais amigo das crianças: novos protagonistas”.

Estamos a abordar os pontos que poderiam ser modificados no bairro e compara-lo antes e agora.

Neste projeto andamos a circular pelas ruas, pelo parque, abordamos moradores de várias gerações e após tudo isto chegamos a certas conclusões:

- Lugares com uma degradação acentuada (parques, passeios, o espaço dos sem abrigo, as casinhas e os campos de futebol).

As crianças de Santiago,

Je, Mo, Cl, Jo, Ru, An, Nu, Is

Anexo 9: “Conversa com as crianças acerca dos seus direitos - transcrição”

Investigadora: “este é o título de uma notícia que encontrei na internet, queres ler Mo?”

Mo: “países não informam crianças sobre os seus direitos diz a UNICEF”

Investigadora: “isto é o título da notícia e eu tirei só um bocadinho da notícia quem quer ler? És tu Je?”

Je: “A Unicef disse que 25 anos depois da adoção da Convenção, muito ainda precisa ser feito para assegurar que os direitos das crianças sejam amplamente conhecidos e implementados nas escolas. Os especialistas afirmam que um passo fundamental para aplicar esses direitos é que as crianças tenham conhecimento deles”

Jo: “sim”

Investigadora: “o que é que acham disto aqui?”

Je: “eu acho bem, né?”

Investigadora: “Na vossa escola, quando foram para a escola, foram informados que direitos e que as crianças tem?”

Je: “não. Dizem sempre que temos direitos, mas também temos deveres e basicamente mais nada”

Mo: “e as regras e mais nada”

Investigadora: “e tu Jo aprendeste os direitos na escola? Os direitos que as crianças tem, o que é que tu aprendeste?”

Jo: “(silêncio) é muito complicado”

Cl: “o direito da criança brincar”

Investigadora: “o brincar é um direito”

Cl: “mas também estudar também é outro direito”

Investigadora: “mas vocês acham que estudar e brincar são dois direitos?”

Mo: “sim”

Investigadora: “e porquê que dizem isso, estudar é um direito e brincar é um direito”

Je: “brincar é que todas as pessoas gostam, quer dizer umas menos que outras não é? E estudar há quem goste muito de estudar, às vezes apetece-me estudar e vou estudar”

Investigadora: “as crianças de todo o mundo, acham que todos usufruem desses direitos de brincar e estudar?”

Je: “não, e até na Angola e até no Mozambique são poucas as crianças que tem esse direito”

Cl: “na Guiné Bissau, nos países da Guiné Bissau”

Investigadora: “e porquê que é um direito brincar?”

Je: “ahhhh como é que hei-de explicar, até, por exemplo”

Cl: “a brincar também se aprende”

Je: “até a conviver, brincar com outras pessoas se aprende, há também os direitos da higiene, dos cuidados da saúde”

Cl: “o direito de ajudar os pais”

Je: “fazer aquilo que gostamos acho que também é um direito”

Investigadora: “mais”

Je: “acho que conheço mais deveres do que direitos”

Investigadora: “vocês alguma vez na escola viram a declaração dos direitos da criança?”

Je: “não, nunca vi”

Investigadora: “nunca nenhum professor vos mostrou?”

Je: “não”

Cl: “a minha prima tem na escola”

Je: “não sei, no meu tempo nunca disseram nada”

Cl: “acho que aprendi isto no primeiro ano de escolaridade que tinha lá”

Mo: “basicamente nós temos direitos, mas também temos os deveres a cumprir e é isso que temos sempre a mesma coisa”

Investigadora: “na declaração dos direitos da criança fala também dos direitos de participação da criança”

Je: “exatamente dar opinião”

Cl: “temos direitos a ter direitos”

Mo: “nós na escola damos a nossa opinião”

Investigadora: “os professores dão-vos liberdade para darem a vossa opinião? Ou vocês respondem”

Je: “damos”

Investigadora: “e tu Mo e na tua escola, é assim na tua turma?”

Mo: “é”

Investigadora: “e tu Jo? Podes falar, dar a tua opinião quando queres”

Jo: “eu não”

Cl: “és obrigada a fazer as coisas?”

Investigadora: “na tua escola falam-te dos direitos e de participação? O que te falam sobre isso”

Jo: “não, não sei os direitos”

Investigadora: “acham que em 25 anos, da declaração dos direitos mudou assim muita coisa?”

Mo: “para mim não mudou nada”

Je: “para mim mudou, há 25 anos a educação era totalmente diferente”

Cl: “tinham mais regras”

Je: “não davam tanta liberdade como dão hoje”

Investigadora: “consideras que tens muita liberdade na escola?”

Je: “até demais”

Investigadora: “mas porquê que dizes isso?”

Je: “eu gosto dessa liberdade que tenho, mas por exemplo, para aquilo, as pessoas que ainda têm 10 ou 11 anos 12 anos bah, começam no 7º ano ainda são muito jovens não é? Deviam de ser só os do secundário”

Cl: “as portas estão abertas?”

Je: “há lá um porteiro mas de vez em quando quer, já nem se passa aqueles cartões, é só entrar é assim, quando acontece alguma coisa, já houve uma situação este ano, que uma rapariga, uma colega minha, da minha turma, tava a ir, foi para o badminton, então ela tinha ido ao treino e quando estava a vir para a escola como o pavilhão é separado da escola, tava a vir, tava um homem a segui-la veio-lhe perguntar: - Ahhh podés-me tirar isto que isto é muito importante? ela – ai não consigo, mas numa aflição, ela ligou a toda a gente, mas quando estava a ligar o rapaz agarrou-a, ele estava a controla-la mas ouviu alguém e fugiu ou não sei. Mas não estava lá ninguém, não se via ninguém lá. Só devia sair da escola quem tivesse mais de 18 anos, a liberdade é totalmente diferente. Acho mal isso, pelo menos devia andar sempre por lá a polícia”

Investigadora: “e tu cl como é lá na tua escola? A nível de liberdade”

Cl: “sem comentários”

Investigadora: “Mas porquê?”

Cl: “cada vez está mais pior”

Investigadora: “mas fala Cl”

Cl: “olha naquela escola não podemos usar telemóvel”

Investigadora: “e achas que devias usar o telemóvel para a escola?”

Cl: “sim porque acontece-nos alguma coisa e não podemos ligar para a nossa mãe para um familiar”

Je: “mas caso te aconteça, eles são obrigados a te ligar, a escola é obrigada a ligar, vais à secretaria e eles tem que te deixar ligar”

Cl: “posso precisar de alguma coisa, esqueci-me de algum material como é que eu ligo à minha mãe?”

Je: “vais à secretaria e pedes para ligar”

Cl: “não deixam”

Je: “vais à receção eles são obrigados a ligar”

Mo: “pedes a uma funcionária para ligar”

Cl: “isso é na vossa escola”

Je: “em todas as escolas, nas escolas do ensino básico que eu andei”

Cl: “não, não deixam”

Je: “prontos, mas isso tá mal. Eles deviam de ser obrigados a ligar, como é material para a escola podes os responsabilizar por não te deixarem ligar para a tua mãe. Porque no regulamento da escola não podes levar para a escola elementos que captem som ou imagem, ou seja telemóvel. Então eles são obrigados a deixar-te telefonar.”

Investigadora: “estamos aqui a falar se é um direito ou não levar o telemóvel para a escola, porque a CI está a dizer que não podem nunca levar o telemóvel para a escola”

CI: “mas eu levo á mesma”

Investigadora: “mas achas que devia ser um direito ou não?”

Entretanto chegou a professora Rosinha (orientadora da investigadora) que veio participar também nesta sessão.

Je: mas levar já é um abuso

Professora Rosinha: “o que é abusar?”

Je: “ahh como é que hei-de explicar, utilizar o telemóvel só nos momentos certos”

Professora Rosinha: “que seriam por exemplo...”

Je: “não numa aula, essas que tem o telemóvel ficam todas excitadas, excitadas não, hilariantes. Então nas aulas, muitas vezes muitos são apanhados a mexer no telemóvel, é muita liberdade durante as aulas”

Professora Rosinha: “mas nos intervalos”

Je: “sim”

Professora Rosinha: “o que é que tu achas do que a tua colega está a dizer? Achas que devia ser um direito?”

CI: “eu acho que podíamos levar o telem para a escola”

Professora Rosinha: “e usa-lo nos intervalos?”

CI: “Sim”

Professora Rosinha: “e nas aulas?”

CI: “se tiver em silêncio”

Je: “qual é a diferença?”

CI: “só para ver as horas né?”

Professora Rosinha: “nas aulas só ser usado para ver as horas. E tu o que é que achas do que elas disseram?”

Mo: “acho que não devíamos estar com o telemóvel nas aulas nem que seja em silêncio”

Professora Rosinha: “então temos aqui duas opiniões diferentes é na sala sim, é mas só para ver as horas, na sala desligado, e na sala desligado vocês duas têm a mesma opinião, falaram que nas aulas o telemóvel tinha que estar desligado”

Mo: “mas podia estar em silêncio”

Je: “mas desde que não o usufrui”

Professora Rosinha: “ter em silêncio para ver as horas”

Je: “Não, mesmo sem mexer nele”

Professora Rosinha: “e aquelas mensagens que aparecem?”

Je: “por isso é que ele está em silêncio para não se ouvir nada, mas recebemos mas não sabemos que recebemos”

Professora Rosinha: “achas que podes receber mensagens durante as aulas?”

Je: “sim, mas sem vê-las”

Investigadora: “e tu Jo?”

Professora Rosinha: “o que é que tu achas disso? Telemóvel na escola, desligado só no intervalo ou ligado no intervalo e não ou em silêncio e desligado na aula são três opiniões aqui”

Investigadora: “o que é que achas Jo?”

Jo: (não respondeu)

Je: “eu tenho essa opinião”

Cl: “mas tu levas o telem para as aulas”

Je: “por isso mesmo ponho no silêncio para depois no intervalo ver as mensagens”

Cl: “mas eu levo o telem para as aulas”

Professora Rosinha: “levas porque”

Cl: “mas tá na mochila, agora quem está a fazer a aula já não pode”

Je: “mas tá mal”

Professora Rosinha: “temos aqui três opiniões diferentes, se vocês fossem governantes tinham que ter algumas coisas que são iguais, como vocês fariam? Qual era a regra que vocês punham?”

Cl: “se eu fosse professora deixava mandar mensagens”

Je: “eu não fazia isso”

Professora Rosinha: “imaginem que são professoras de uma escola, então tu és uma professora da escola que dá aulas, és professora então o que é que tu dirias no primeiro dia?”

Cl: quando não estamos a dar matéria podemos mexer nos telemóveis, quando estamos a dar matéria paramos de mexer nos telemóveis, esta é as minhas regras.

Professora Rosinha: “e agora és tu a professora, estás a falar com os teus alunos”

Je: “é assim, eu mesmo que, eu dizia que podiam estar com telem em silêncio mas não usufrui-lo, mesmo que estivessemos ou não a dar matéria. Como, eu acho que como fazem na minha escola é o correto, usufruir é só dos materiais que tem na escola é por isso que, por exemplo, ir buscar livros à biblioteca”

Professora Rosinha: “não estou a entender muito bem, o que é que tu dirias aos teus alunos sobre o uso do telemóvel?”

Je: “que não deixava, que não permitia, a professora ou não a ensinar com eles”

Professora Rosinha: “que desligassem os telemóveis ou que os pusessem em silêncio”

Je: “podia estar em silêncio desde que não usufríssem deles”

Cl: “mas e se eu estava à espera de uma chamada importante?”

Mo: “a tua mãe escrevia na caderneta, que numa pontualidade ia estar com o telem ligado”

Professora Rosinha: “e tu como falarias com os teus alunos?”

Mo: “eu falava com os pais e que se eles fossem receber uma mensagem importante deixava-os estar com o telem ligado”

Professor Rosinha: “com som, sem som?”

Mo: “com som”

Je: “Não. Eu punha só a vibrar”

Cl: “mas pode estar na mochila e não se pode ouvir”

Professora Rosinha: “você agora são três professoras da mesma escola, estão a fazer um regulamento, o que é que vocês vão escrever?”

Cl: “como elas estão contra mim, eu pedia para estar o telem ligado para receber chamadas importantes”

Professora Rosinha: “o uso de telemóveis é utilizado em silêncio na sala? Desligado em algumas aulas, com ou sem vibração, as chamadas atendidas seriam só as urgentes é? Era uma boa equipa, mas agora eu quero saber como começou essa conversa”

Investigadora: “começou com esta notícia deste ano em que apesar dos 25 anos dos direitos da criança, estão a dizer que na escola as crianças não estão informadas dos seus direitos e então eu comecei por lhes perguntar se na escola delas tinham conhecimento ou ouviram falar de direitos”

Professora Rosinha: “nunca ouviram”

Je: “temos direitos mas também temos deveres a cumprir e mais nada”

Professora Rosinha: “e que deveres e direitos, por isso é que apareceu o uso do telemóvel é? E que direitos é que tens? Pode não ser a escola. O que é que vocês sabem sobre a questão dos direitos da criança é? Para já que é até aos 18 anos”

Je: “primeiro devemos de dar a nossa opinião, intervir quando quisermos, ah como eu já tinha dito, brincar, acho que estudar também é um direito, ahhh termos um bocadinho de liberdade, acho que também é um direito”

Professora Rosinha: “não muita? Muita liberdade deve ser um direito?”

Investigadora: “na escola dela havia muita liberdade para entrar, não eram preciso cartões”

Cl: “na nossa escola é assim, tem um segurança e quem não tem autorização para sair”

Je: “não compares uma escola secundária com uma básica, tenho colegas da minha turma que já tem 17 anos, e tenho colegas da outra turma que já vão fazer 19 anos e ainda estão no 10º ano. A escola básica é entre os 10 anos e os 14 anos. Na escola básica deviam de ter mais segurança porque são mais crianças com menos idade”

Cl: “mas na vossa escola vocês não tem que passar o cartão”

Je: “na nossa escola, já não temos de passar o cartão, já não temos essa necessidade de passar o cartão”

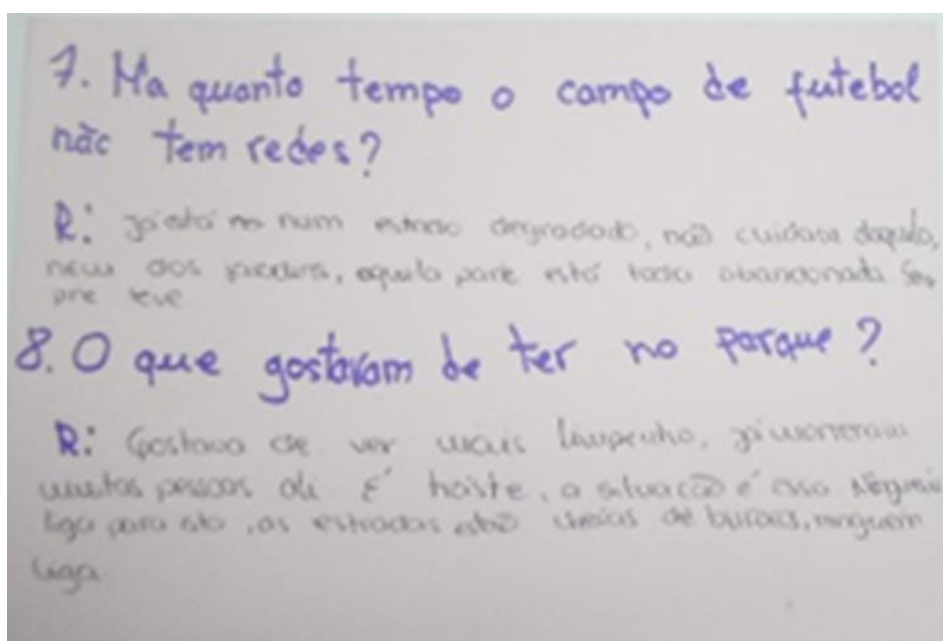
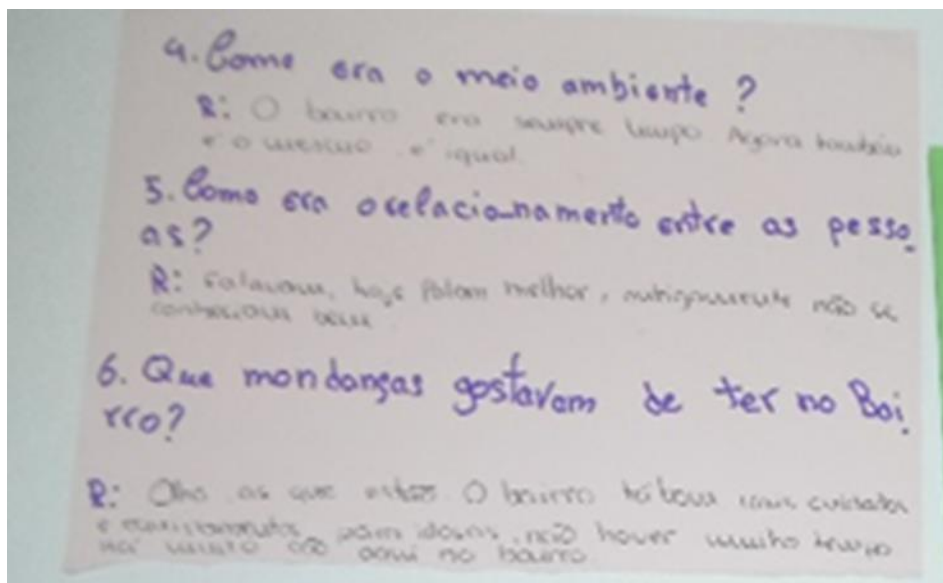
Professora Rosinha: “O que é que tu achas disto?”

Mo: “eu acho mal”

Professora Rosinha: “então a liberdade tem a ver com a idade ou estás a dizer com a segurança?”

Cl: “se tu saís e não passas o cartão, os seguranças não sabem se tens idade ou se tu não tens e depois são os seguranças que ouvem”

Anexo 10: "Cartões de entrevista realizados pelas crianças"



1. Como era o parque de sempre quando você nasceu?
Sim, era uma praça bonita com muitas árvores e casinhas brancas.

2. Houve muita mudança?

Sim.

3. Houve mudanças no bairro?

Sim, mudou desde que aqui viveu.

4. Como era o bairro quando você nasceu?

Era bom, os vizinhos eram.

E o ambiente era melhor.

5. Como era o relacionamento entre as pessoas?

Não sei, o eu não lembro de quando
e quando a noite e não sei como
as pessoas estavam sempre em paz.

6. Que mudanças gostava de ter no bairro?

Os jardins mais bem arranjados

Os carros para por a tecnologia

7. Há quanto tempo o campo de futebol não tem
mais?

Não tenho certeza

8. O que gostava de fazer no parque?

Fizemos a bola e não foi arran-
jado por causa de terem feito a bola

Sim, gostava de fazer o parque
outro vez porque não são as crianças
que estragaram só as crianças velhas.

Anexo 11: “propostas das crianças da escola de Santiago”

Infraestruturas, equipamentos e veículos as crianças sugeriram as seguintes propostas: Parque infantil (molas; baloiços; balancés; tabuas; escorregas; cordas; escorregas com curvas; caixa de areia); Estúdio de ballet; Campo de basquetebol; Campo de futebol; Castelo; Casinhas; Moinho; Torre gigante; Corações; Escaladas; Skates; Bicicletas; Redes na baliza.

Atividades de Convívio e Lazer as crianças propuseram: Piqueniques; Piscina; Matrecos; Insufláveis; Amigos; e Divertimentos.

Natureza e da higiene: Limpo; Árvores; Lago dos peixes; Sem árvores velhas; Plantas; Relva cortada; Sem árvores; Sem lixo.

Adjetivos: Maravilhoso; Bonito; Fixe; Giraço; Alegre; Divertido; Melhor; Arranjado; Enorme e Plano;

Preocupações económicas: carrosséis e comida de graça.

